CÓDIGO DE OBRAS Municipal

Decretos - Lei n 28/1943



Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu

DECRETO-LEI Nº 20, DE 11 DE MAIO DE 1943.

O Prefeito Municipal de Cachoeiras, na conformidade do disposto no Art. 5º, do Decreto-Lei Federal nº 1.202, de 8 de abril de 1939, e,atendendo aos dispositivos do Decreto-Lei Estadual nº 489, de 14 de maio de 1942.

Art.1º - A partir da publicação do presente Decreto-Lei vigorará no Município de Cachoeiras, o seguinte:

" CÓDIGO DE OBRAS "

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.2º - Para os efeitos do presente Código de Obras são adotadas as seguintes definições:

" DEFINIÇÕES "

Acréscimo - É o aumento de uma construção, quer no sentido horizontal, quer no vertical.

Alinhamento - É a linha projetada e locada ou indicada pela Prefeitura, para marcar o limite entre o lote e o logradouro público.

Altura de fachada - É o segmento vertical medido entre a linha horizontal passando pela parte mais alta da mesma fachada e o nível do terreno ou do passeio do prédio, no meio e junto à fachada. Em qualquer caso, deve ser feita a abstração de ornatos da parte superior da fachada.

Área - É a parte do lote não ocupada por edifício, não incluida a superfície correspondente à projeção horizontal das saliências de mais de vinte e cinco centímetros (0m,25).

Área aberta - É a área cujo perímetro é aberto em parte, sendo guarnecida, pelo menos, em dois (2) de sus lados por paredes do edifício.

Área comum - É a área que se estende por mais de um lote, podendo ser fechada ou aberta.

Área fechada - É a área guarnecida por paredes em todo o seu perímetro.

Área principal - É a que se destina a iluminar e ventilar compartimento de permanência prolongada.

Área secundária - É a área que se destina a iluminar e ventilar compartimentos de utilização transitória.

Casa de apartamentos - É aquela com dois ou mais apartamentos servidos por uma ou mais escadas comuns, constituindo cada apartamento uma habitação distinta, destinada à residência permanente, compreendendo cada apartamento pelo menos dois (2) compartimentos, um dos quais de instalação sanitária e banheiro.

Casa de cômodos - É a casa contendo várias habitações distintas, constituida cada habitação por um único quarto ou cômodo, sem instalação sanitária e banheiro privativos, sendo as habitações servidas por uma ou mais entradas comuns.

Cava - É o espaço vazio, com ou sem divisões, situado abaixo do pavimento térreo de um edifício, tendo o piso em nivel inferior ao do terreno circundante e a uma distância desse nivel menor do que a metade do pé direito.

Consertos de um edifício - São as obras de substituição de partes de cobertura, forros, paredes divisórias, pisos, escadas e esquadrias, desde que não excedam à metade de todo o elemento correspondente, em cada compartimento onde devam ser executadas. São tambem as obras de substituição completa do revestimento das paredes, nas faces internas, e, ainda, a substituição de revestimento das fachadas e paredes externas até o limite de um quarto (1/4) da área respectiva.

Construir - É, de um modo geral, realizar qualquer obra nova, edifício, ponte, muro e outras obras.

Desmembramento - É a desintegração de uma ou várias partes de um terreno para constituirem novo lote ou para serem incorporadas a lotes vizinhos. Não constituem desmembramento a construção de casas de vila com vedação de divisas nas diversas porções do terreno e a construção de mais de um edifício dentro do mesmo lote, quando permitido.

Edificar - É levantar qualquer edifício destinado a habitação, a instalação de indústria, comércio e a outras fins.

Elementos geométricos essenciais - São os elementos de uma construção submetidos pelo presente Código de Obras, a limites precisos.

Embargos - É a medida legal efetuada pela Prefeitura, tendente a sustar o prosseguimento de obra ou instalação, cuja execução esteja em desacordo com determinadas prescrições.

Fundo de lote - É o lado oposto à frente; no caso de lote triangular em esquina, é o lado que não forma testada.

Galpão - É uma construção constituida por uma cobertura, sem forro, fechada, pelo menos em três faces, na altura total ou em parte, por parede ou tapume e destinada a fins industriais, ou a depósito, não podendo servir de habitação.

Habitação - É o edifício ou parte do edifício que serve de residência a uma ou mais pessoas.

Habitação coletiva - É o edifício que serve de residência permanente a pessoas de economias diversas.

Hotel - É o edifício ou parte do edifício servindo de residência temporária a várias pessoas de famílias diversas, e em que são cobradas as locações pelo regime de diárias.

Indústria leve - É a que pode funcionar sem incômodo ou ameaça à saude, ou perigo de vida para a vizinhança.

Indústria nociva - É a indústria que pode, pela sua vizinhança, se tornar prejudicial à saude.

Indústria perigosa - É a indústria que pode constituir perigo de vida.

Indústria pesada - É a que pode constituir incômodo ou ameaça à saude, ou perigo de vida para a vizinahança.

Investidura - É a incorporação a uma propriedade particular de uma área de terreno pertencente ao logradouro público e adjacente à propriedade, para o fim de executar um projeto de alinhamento ou de modificação de alinhamento aprovado pela Prefeitura.

Logradouro público - É toda a parte da superfície da cidade destinada ao trânsito público, oficialmente reconhecida e designada por um nome, de acordo com a legislação em vigor.

Lote - É a porção de terreno com testada para logradouro público, para arruamento aprovado ou submetido à aprovação da Prefeitura, descrita e assegurada pelo título de propriedade.

Loteamento - É a divisão em planta de uma área de terreno em duas ou mais porções constituindo lotes, tendo cada lote testada para logradouro público, para arruamento aprovado ou submetido á aprovação da Prefeitura.

Modificação de um prédio - É o conjunto das obras destinadas a alterar/ divisões internas e deslocar, abrir, aumentar, reduzir ou suprimir vãos e a modificar a fachada, bem como aumentar a área aberta.

Passeio de um logradouro - É a parte do logradouro destinada ao trânsito de pedestres.

Passeio de um prédio - É a parte do terreno situada junto às paredes e dotada de calçamento.

Pé direito - É a distância vertical entre o piso e o teto de um compartimento.

Pequenos consertos - São as obras de substituição de forros, pisos, revestimentos e esquadrias, desde que não excedam a um quarto (1/4) do elemento correspondente em cada compartimento.

Profundidade do lote - É a distância entre a testada ou frente e a divisa oposta, medida segundo uma linha normal à frente. Se a forma do lote for irregular avalia-se a profundidade média.

Reconstruir - É fazer de novo, no mesmo lugar, mais ou menos na primeira forma, qualquer construção no todo ou em parte.

Recúo - É a incorporação ao logradouro público de uma área de terreno pertencente à propriedade particular e adjacente ao mesmo logradouro, para o fim de executar um projeto de alinhamento ou de modificação de alinhamento aprovado pela Prefeitura.

Reentrância - É a área em continuidade com uma área fechada e com esta comunicando-se por um de seus lados, tendo os outros constituidos por uma linha poligonal ou curva e guarnecidos por paredes ou parte por divisa de lote.

Reforma de um edifício - É o conjunto de obras caracterizadas na definição de consertos, feitas, porem, além dos limites alí estabelecidos.

Sobreloja - É o pavimento de pé direito reduzido, não inferior, porem, a dois metros e cinquenta centímetros (2m,50) e situado imediatamente acima do pavimento térreo.

Sótão - É a parte do edifício abrangendo pelo menos uma porção do espaço compreendido pela cobertura, de pé direito não inferior a dois metros (2m,00).

Subterrâneo - É o espaço vasio, com ou sem divisões situado abaixo do primeiro pavimento de um edifício e de modo que o respectivo piso esteja em relação ao terreno circundante a uma distância maior que a metade do pé direito.

Telheiro - É a construção constituida por uma cobertura suportada pelo menos em parte por meio de coluna ou de pilar, aberta em todas as faces ou parcialmente fechada.

Testada ou frente - É a linha que separa o logradouro público, arruamento aprovado ou submetido à aprovação da Prefeitura, de propriedade particular e que coincide com o alinhamento.

Terreno arruado - É o terreno que tem uma das suas divisas coincidindo com o alinhamento do logradouro público, ou de logradouro projetado pela Prefeitura, arruamento aprovado ou submetido à aprovação da Prefeitura.

Vila - É o conjunto de habitações independentes construido como aproveitamento em fundo de terreno.

Vistoria administrativa - É a diligência legal efetuada por ordem da Prefeitura tendo por fim verificar as condições de uma construção, de uma instalação ou de uma obra existente em andamento ou paralizada, não só quanto à sua resistência e estabilidade como quanto à sua regularidade e condições higiênicas.

PARTE I

Do zoneamento

CAPÍTULO I

Da zona urbana

a) Sub-divisão em bairros.

Art.3º - Para os efeitos do presente Código de Obras, fica a zona urbana dividida nos seguintes bairros: Comercial e Residencial.

b) Delimitação dos bairros.

Art.4º - O Bairro Comercial compreende os seguintes logradouros: Praça Comandante Amaral Peixoto, Rua Sete de Setembro, Rua Manuel Diez Martinez, Rua Floriano Peixoto, Rua Maurício de Abreu, Rua Getúlio Vargas, Rua Rui Barbosa e Rua Afonso Pena.

Art.5º - O Bairro Residencial compreende os demais logradouros da zona urbana.

A) - Bairro Comercial

Art.6º - As construções no Bairro Comercial devem ser designadas a estabelecimentos comerciais, escritórios, consultórios, bancos, sédes de companhias e emprêsas, restaurantes, confeitarias, hoteis, cafés e similares.

Art.7º - É permitida a construção de edifícios destinados a casas de diversões, garages comerciais, postos de abastecimento de automóveis, indústrias leves, laboratórios, estabelecimentos de ensino e similares, dependendo a localização dessas construções de aprovação da Prefeitura.

Art.8º - É proibida a construção de edifícios destinados a indústrias pesadas, hospitais ou casas de saude, depósitos de materiais ou mercadorias, a não ser no caso de fazerem tais depósitos parte inteirante do comércio estabelecido no edifício.

Art.9º - Os edifícios no Bairro Comercial devem atingir o alinhamento do logradouro em toda a testada do lote e ter no pavimento térreo o pé direito mínimo de quatro metros (4m,00).

Parágrafo único - A juizo da Prefeitura poderá ser permitida construção afastada do alinhamento desde que a sua fachada ocupe completamente um trecho do logradouro compreendido entre duas esquinas consecutivas.

B) - Bairro Residencial

Art.10 - As construções no Bairro Residencial devem ser destinadas a habitação, sendo permitida a construção para comércio local em lado que já esteja ocupado em 50% pelo menos, de sua extensão, por casas comerciais, assim como nos logradouros destinados para esse fim nos lotemantos aprovdos.

Art.11 - É tolerada a construção de casas para comércio local nos lotes de esquina, devendo ser obedecido em tal construção o afastamento mínimo estabelecido para as edificações no respectivo logradouro.

Art.12 - É permitida a construção de casas de diversões, estúdios, ginásios, garages, laboratórios, estabelecimentos de ensino bem como,a juízo da Prefeitura, a de asilos, hospitais, casas de saúde e similares, / desde que conservem o afastamento mínimo de cinco metros (5m,00)das divisas laterais e de dez metros (10m,00) do alinhamento do logradouro.

Art.13 - É proibida a construção de edifícios destinados a indústrias/ pesadas, grandes depósitos, hangares, estábulos e cocheiras.

Art.14 - As construções no Bairro Residencial terão o afastamento mínimo de três (3) a cinco (5) metros, em relação ao alinhamento de logra-/ douro ressalvadas as excesões taxativamente estabelecidas por este Código de Obras.

Art.15 - Quando um lote estiver encravado entre dois outros cujas construções atinjam o alinhamento e tenham lojas para comércio mas cujas / condições de um modo geral e no momento, justifiquem sua permanência, a construção no lote intermediário poderá ter loja para comércio atingindo o alinhamento. A respeito deverá ser firmado um termo com a Municicipalidade do tocante ao recúo a ser feito na ocasião em que as construções circunvizinhas ficarem sujeitas ao mesmo.

Art.16 - A taxa de ocupação máxima para as construções no Bairro Residencial será de 80% da área total do lote.

Parágrafo único - A taxa de-ocupação máxima será acrescida de 10% da área total do lote no caso de construção em lotes situados em esquinas,/ sem prejuizo dos afastamentos mínimos em relação aos alinhamentos.

Art.17 - As construções no Bairro Residencial terão três pavimentos, no máximo, não podendo a sua altura ir além de uma vez e meia a largura do logradouro.

Parágrafo único - Em determinadas situações de áreas e localização,ressalvados os aspectos de conjunto e dependendo de prévia audiência da / Prefeitura, poderão ser admitidas no Bairro Residencial, construções ou núcleos de construções com mais de três pavimentos. Os afastamentos e as alturas máximas dos edifícios serão particularmente estudados em cada caso, conforme as condições locais.

Art.18 - Quando a construção em um lote puder acarretar prejuuzo para um ponto panorâmico ou para um aspecto paisagístico da cidade, a Prefeitura poderá determinar a altura máxima da construção e a localização obrigatória para a mesma no terreno, impondo a preservação de espaço livres e desembaraçados de qualquer obstáculo, de forma a premitir a visibilidade do panorama, para o observador colocado no logradouro. A Prefeitura poderá ainda impedir, nesses casos, que a construção seja feita assegurados os direitos dos proprietários na forma da lei.

Art.19 - Nos lotes situados no Bairro Residencial e resultantes de novos loteamentos as construção observarão os afastamentos mínimos de um metro e cinquenta centímetros (1m,50) em relação a uma das divisas laterais e de dois metros e cinquenta centímetros (2m,50) em rela

Art.20 - Poderão ser permitidos, em logradouros ou quadras secundárias, a critério da Prefeitura, loteamentos para a construção de casas proletárias de tipo econômico, de acordo com as prescrições do Capítulo sobre a matéria.

" CAPÍTULO II "

Da zona suburbana

Art.21 - A zona suburbana, para os efeitos do presente Código de Obras, relativamente ao licenciamento e fiscalização pela Prefeitura das Obras feitas por particulares, fica equiparada à zona urbana.

Art.22 - A zona suburbana poderá, a critério da Prefeitura, na conformidade de seu desenvolvimento e condições peculiares, ser subdívidida em bairros, à semelhança da zona urbana.

§ 1º - Dependerá de aprovação da Prefeitura a localização de construções para garages comerciais, postos de abastecimento de automoveis, indústrias leves, laboratórios, estabelecimentos de ensino, hospetais, casas de saúde e azilos;

§ 2º - As construções residenciais terão o afastamento mínimo de três /. (3) metros do alinhamento do logradouro;

Art.23 - As construções ao longo das estradas federais estaduais e municipais, na zona suburbana, ficarão sujeitas ao afastamento do eixo das mesmas estradas, de acordo com o estabelecido na legislação federal, estadual ou municipal, respectivamente.

Art.24 - A taxa de ocupação máxima para as construções residenciais na zona suburbana será de 50% (cinquenta por cento) da área do lote.

CAPÍTULO III

Da zona rural

Art.25 - Na zona rural, fecam sujeitos ao licenciamento e fiscalização da Prefeitura nos termos da Parte III, do presente Código de Obras, as obras feitas por particulares ao longo das estradadas federais, estaduais e municipais, bem assim as que forem executadas nos povoados e nos novos loteamentos.

Art.26 - As construções ao longo das estradas federais, estaduais e municipais, na zona rural, ficam sujeitas ao afastamento do eixo das mesmas estradas, de acordo com o disposto na legislação federal, estadual ou municipal, respectivamente.

Art.27 - A taxa de ocupação máxima para a construção nos atuais povoa-/ dos da zona rural será de 70% (setenta por cento) da área do lote.

Parágrafo unico - Nos lotes situados nas adjacências dos atuais povoados, a taxa de ocupação máxima será de trinta por cento (30%).

Art.28 - A taxa de ocupação máxima para as construções nos lotes resultantes de novos loteamentos, na zona rural, será de 30% (trinta por cento) da área do lote.

Art.29 - A taxa de ocupação máxima para as construções nos lotes ao longo das estradas federais, estaduais ou municipais, na zona rural, será de 30% (trinta por cento) da área do lote.

PARTE II

Das construções nas zonas urbana e suburbana

CAPÍTULO I

Matrícula dos profissionais legalmente habilitados a projetar, calcular

que satisfizerem às condições dispostas pelo Decreto Federal nº23.569, de 11 de Dezembro de 1933, e, também, ao que determina o presente Código de Obras.
Art.31 - Só poderá assinar qualquer desenho, projeto ou cálculo a ser submetido à aprovação da Prefeitura ou encarregar-se da execução de obras, o profissional matriculado nos termos do presente Código de Obras
Art.32 - Não será considerado matriculado num exercício o profissional/ que deixar de registar esse pagamento na Prefeitura.
Art.33 - Será organizado pela Prefeitura um registo e um fichário dos profissionais matriculados, de acordo com as seguintes prescrições:
I- Será reservada para cada profissional uma folha de registo, encimada pelo nome, por extenso, pela abreveatura usual e salvo em casós especiais, por um retrato do profissional contendo os seguintes lançamentos.
1- número e data da expedição da carteira profissional do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 5º Região; anotações sobre a revalidação quando fôr autorizado pela mesma e indicação do diploma acadêmico ou científico, de acordo com a referida carteira, no caso do profissional diplomado;
2- assinatura do profissional, menção da firma de que fizer parte;
3- indicação da firma, sociadade, companhia, ou empresa que o profissional legalmente representar, com referência de escritório ou residência;
4- referência do livro e página do antigo registo do profissional,quando fôr o caso;
5- anotação anual do pagamento dos impostos relativos à profissão, com indicação do número e data dos talões;
6- anotações de ocorrências relativas a obras, projetos e cálculos do profissional;
7- anotação de multas,suspensões, etc.
II- A ficha de cada profissional conterá uma súmula das anotações,de acordo com os lançamentós do registo, e será encimada pelo nome, por extenso, do profissional, sua abreviatura usual e um retrato.
Art.34 - A inclusão de um novo profissional no registo será feita mediante requerimento, uma vez verificado o cumprimento de todas as exigências deste Código de Obras, e depois da apresentação da carteira profissional do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, prova de pagamento da taxa de inscrição e prova de quitação com os impostos relativos à profissão noanno em que se fizer o registo.
Art.35 - No local da obra e enquanto nela se trabalhar, deverá haver em posição bem visivel uma placa ou taboleta indicando:
1- o nome do autor do projeto, seu título profissional e o número da / respectiva carteira do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura;
2- o nome do responsavel pela execução das obras, seguido de seu título profissional e número da carteira do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura;
3- o nome da firma, companhia, èmpresa ou sociedade, quando fôr o caso;
4- o escritório ou residência de cada profissional;
5- a rua e o número do prédio em construção.
Parágrafo único - Fica isenta de quaisquer emulumentos ou taxas a placa ou taboleta referida no presente artigo, desde que a mesma apenas contenha os dizeres exigidos pelo presente Código de Obras.

Art.36 - A assinatura do profissional nos projetos e cálculos submetidos à Prefeitura será obrigatoriamente procedida de indicação da função que no caso lhe couber, como "Autor do Projeto" ou "Autor dos Cálculos" ou "Responsavel pela execução das obras" e sucedida do título que lhe/ couber: "Engenheiro Civil", "Engenheiro Arquiteto", etc., ou no caso de profissionais não diplomados, "Construtor Licenciado".
Art.37 - A responsabilidade de feitura dos projetos e cálculos cabe exclusivamente aos profissionais que os assinarem como autores, e a da / execução das obras aos que tiverem assinado como responsaveis por essa parte, não assumindo a Prefeitura, em consequência da aprovação dos mesmos projetos e cálculos e da fiscalização das obras, qualquer responsabilidade.

" CAPÍTULO II "
Licença e Projeto

Art.38 - As obras de construção ou reconstrução, total ou parcial, de/ qualquer espécie; de modificações, acréscimos, reformas e consertos de prédios, a construção de passeios nos logradouros e bem assim a demolição de qualquer construção só poderão ser feitas de acordo com as disposições deste Código de Obras e mediante o alvará de licença da Prefeitura.
Art.39 - Ficarão sujeitas a requerimento dirigido à Prefeitura e ao pagamento em selos de emolumentos fixos as seguintes obras: consertos de emboço, rebocos, substituições de rodapés, pequenos consertos em coberturas, forros, soalhos e esquadrias, bem como construção de dependencias, não destinadas a habitação humana, tais como telheiros até doze metros quadrados $(12,00)^2$, viveiros e galinheiros sem fins comerciais, estufas e tanques para fins domésticos, não podendo tais construções ficar situadas no alinhamento do logradouro, nem deste ser visiveis.
Art.40 - Dependerão somente de requerimento à Prefeitura os pequenos / serviços, tais como: pinturas, caiações e remendos no emboço e rebocos, reparos nas instalações sanitárias, assentamento de venezianas, consertos de muro de frente e semelhantes.
Art.41 - A licença para execução de uma obra de construção, reconstrução, modificação ou acréscimo, será obtida por meio de requerimento dirigido ao Prefeito devendo figurar nesse requerimento a discriminação / dos serviços e indicação precisas sobre a localização das obras. Poderão ser usadas para o requerimento as fórmulas impressas adotadas pela Prefeitura.
Art.42 - O requerimento de licença será instruído, nos casos especificados por este Código de Obras, com o projeto da obra, organizado e apresentado de acordo com as determinações dos artigos seguintes.
Art.43 - O projeto de qualquer obra de construção, reconstrução, acréscimo ou modificação de edifício constará, conforme a natureza da obra,/ das seguintes peças de dimensões mínimas de 0m,22 por 0m,33, em duas vias, uma das quais, o original, em tela ou papel transparente de boa qualidade, desenhada a nanquim:
I- plantas cotadas de todos os pavimentos, indicando os destinos de cada compartimento e suas dimensões, as áreas dos pavimentos, terraços, / alpendres e varandas as dimensões e áreas exatas dos vãos de iluminação e ventilação, devendo sempre ser representada a posição de todas as divisas do lote;

2- orientação;
3- numeração do prédio mais próximo;
4- localização dos prédios existentes nos lotes contíguos de um e outro lado com indicação cotada e às divisas laterais;
5- localização do prédio numerado ou esquina mais próxima, indicando as distâncias da divisa mais próxima do lote a ser construido;
6- indicação da largura do logradouro, de passeio e da posição do meio-fio;
IV- perfis longitudinal e transversal das linhas médias do terreno quando este fôr muito amidentado;
V- cortes longitudinal e transversal do edifício projetado;
§ 1º - As escalas mínimas serão:
1- 1.100 para as plantas;
2- 1.500 para a planta de situação;
3- 1.50 para as fachadas e os cortes;
4- 1.25 para os detalhes.
§ 2º - A escala não dispensará a indicação das cotas que exprimam as dimensões os compartimentos e dos vãos que deem para fora e o afastamento das linhas limitrofes do lote e a altura da construção;
§ 3º - As cotas dos projetos deverão ser escritas em carateres facilmente legiveis e prevalecerão no caso de divergência com as medidas tomadas no desenho;
§ 4º - Nos projetos de reconstrução e acréscimo deverão ser representadas:
1- a tinta preta as partes conservadas;
2- a tinta vermelha as partes novas ou a renovar;
3- a tinta azul os elementos construtivos em ferro ou aço;
4- a tinta amarela as partes a demolir;
5- a terra de siena as madeiras.
Art.44 - As obras de revestimento de fachadas, quando não compreenderem alterações das linhas arquitetônicas, não dependerão de projeto, bastando que seja apresentada fotografia da fachada existente.
Art.45 - Para as construções em concreto armado, será necessário apresentar, alem das plantas e desenhos indicados nos artigos precedentes,/ uma memória justificativa contendo o cálculo das estruturas, lages, etc. e os desenhos dos detalhes dos ferros das armaduras e sua disposição, alem dos demais detalhes relativos a todas as peças de estruturas, lages, etc.
Art.46 - Todas as folhas dos projetos serão autenticadas com a assinaturas dos dois últimos, a referência de suas carteiras profissionais e matrícula na Prefeitura.

CAPÍTULO III

Obrigações durante as obras. Conclusão das obras. " Habite-se "

Art.47 - Para os fins de documentação e efeitos de fiscalização, o alvará, depois de registado na repartição fiscal, será colocado no local da obra, juntamente com o projeto aprovado.
§ 1º - Esses documentos deverão ser facilmente acessiveis à fiscalização da Prefeitura, durante as horas de trabalho;

§ 2º - No caso de ser indispensável, por motivo relevante,a retirada do projeto aprovado do local da obra, o responsável pela execução é obrigado a comunicar esse fato à Prefeitura, imediatamente e por escrito.
Art.48 - As obras deverão ser executadas de acordo com o projeto aprovado nos seus elementos geométricos essenciais, a saber:
I- altura do edifício;
II- os pés direitos;
III- a espessura das paredes mestras, as secções das vigas, pilares e colunas;
IV- a área dos pavimentos e compartimentos;
V- as dimensões das áreas e passagens;
VI- a posição das paredes externas;
VII- a área e a forma da cobertura;
VIII- a posição e as dimensões dos vãos externos;
IX- as dimensões das saliências.
§ 1º - Não poderá ser introduzida modificação sem licença da Prefeitura em nenhum dos elementos geométricos essenciais, e,bem assim, nas linhas e detalhes das fachadas cujo plano tiver sido aprovado;
§ 2º - Não poderá ser feita sem licença da Prefeitura, a supressão vãos internos;
§ 3º - A licença a que se referem os parágrafos 1º e 2º só poderá ser obtida por meio de requerimento assinado pelo proprietário ou pelo seu representante legal e acompanhado do projeto anterior aprovado;
§ 4º - As alterações que tiverem de ser feitas em uma obra licenciada, sem modificação de qualquer dos elementos geométricos essenciais,não dependerão de licença desde que não desobedeçam às determinações deste Código de Obras e que seja feita antes do início das mesmas alterações uma comunicação, por escrito, à Prefeitura com a descriminação pormenorizada.
Art.49 - No caso do construtor, no decurso das obras, desejar cessar a sua responsabilidade, assumida por ocasião da aprovação das plantas e projetos, deverá em comunicação à Prefeitura, declarar essa pretensão,a qual só será aceita após vistoria e uma vez cumprida pelo requerente as prescrições legais a que estiver sujeito e, bem assim, pagos os emolumentos e multas em que haja incidido.
Art.50 - Procedida a vistoria a que alude o artigo precedente, é o proprietário obrigado a apresentar, dentro do prazo de 8 dias, o nome do novo responsável pela obra, o qual por sua vez, para tal fim deverá sujeitar-se aos dispositivos a respeito estabelecidos no presente Código de Obras.
Art.51 - Concluidas as obras referidas nos artigos precedentes, o proprietário ou responsável deverá requerer o nedessário "habite-se", na forma da legislação vigente.

CAPÍTULO IV

Dos lotes a serem edificados Construções dentro do mesmo lote.

Art.52 - Só será permitida a construção em lote que satisfaça a uma das condições seguintes:
I- Fazer parte de loteamento aprovado ou cujo processo tenha sido iniciado antes da vigência deste Código de Obras;

II- Ter sido adquirido ou estar sob promessa de venda em data anterior à vigência deste Código de Obras, mediante comprovante de documento hábil de propriedade;
III- Constituir terreno encravado entre lotes de diferentes proprietários, ou em virtude de construções que existam nos lotes contíguos, em data anterior à vigência deste Código de Obras, mediante comprovação com documento hábil;
IV- Ser terreno resultante de prédio demolido ou condenado, que venha recair na condição anterior.
Art.53 - Dentro do mesmo lote será tolerada a construção de duas casas destinadas a habitações distintas, com frente para logradouro público, mediante as condições seguintes:
I- Desde que o lote tenha, pelo menos, quinze metros (15m,00) de testada, devendo as casas formar um conjunto arquitetônico, geminadas num / mesmo edifício, o qual terá a testada de dez metros (10m,00), pelo menos, com muro de vedação de altura máxima de um metro (1m,00) e com obediência das taxas de ocupação; as duas casas geminadas deverão ter a / mesma testada de construção;
II- As casas poderão não ser geminadas, desde que o lote tenha, pelo menos, dezoito metros (18m,00) de testada, devendo então ser respeitada / entre elas a distância de três metros (3m,00).
Parágrafo único - Tanto no caso do item I como no do item II, deverão, ser respeitadas entre as casas e as divisas laterais do lote os afastamentos mínimos de um metro e cinquenta centímetros (1m,50).
Art.54 - Nos lotes que tenham frente para mais de um logradouro, poderá ser tolerada a construção de casas destinadas a habitações distintas, / com frente para cada um dos logradouros, desde que fiquem respeitadas a taxa máxima de ocupação e o afastamento obrigatório entre as construções e os alinhamentos, e que a distância entre as edificações seja pelo menos igual a altura da mais alta e nunca inferior a seis metros (6m,00).
Parágrafo único - No caso previsto pelo presente artigo será permitida/ a construção de muro de vedação entre os prédios construidos no mesmo / lote.
Art.55 - Ressalvada a exceção estabelecida pelos dois artigos precedentes, dentro de um mesmo lote só poderão ser construídos um prédio e respectivas dependências.

CAPÍTULO V
Estética do edifícios
Fachadas

Art.56 - Todos os projetos para construção ou reconstrução e para acréscimos ou modificações, desde que interessem o aspecto externo dos edifícios, serão submetidos à aprovação da Prefeitura ou do órgão técnico / competente, afim de serem examinados do ponto de vista estético, considerados isoladamente e em conjunto com as construções existentes no logradpuro e com os aspectos panorâmicos que possam ser interessados.
Parágrafo único - O presente dispositivo não se aplica as pequenas dependências de serviço isoladas do prédio, aos telheiros, tanques e caixas d'água, quando não sejam visiveis do logradouro.

Art.57 - As fachadas de um edifício ou de vários edifícios constituindo um único motivo arquitetônico não poderão receber pinturas diferentes ou qualquer tratamento que venha perturbar a harmonia do conjunto.
Art.58 - É proibida a pintura das fachadas e demais paredes externas dos edifícios e seus anexos e dos muros de alinhamento em preto ou em cores berrantes.
Art.59 - No caso de construções em série do mesmo tipo, a Prefeitura poderá exigir detalhes que assegurem variedade de aspectos nas fachadas frontais.
Art.60 - As alterações nas fachadas dos prédios geminados só serão permitidas quando seu conjunto formar uma única fachada, simétrica ou assimétrica.

" MARQUISES "

Art.61 - Será permitida a construção de marquises na testada dos edifícios construidos no alinhamento dos logradouros, desde que sejam satisfeitas às seguintes condições:
I- Não excederem à largura dos passeios, nem ao limite máximo de tres metros (3m,00);
II- Não prejudicarem a arborização e a ilumunação pública e não ocultarem placas de nomenclatura e outras indicações oficiais dos logradouros
III- Serem constituidas de material incombustivel e resistente à ação do tempo;
IV- Terem, na face superior, caimento em direção à fachada do edifício junto a qual será convenientemente disposta calha provida de condutor, afim de coletar e encaminhar as aguas sob o passeio, para a sargeta do logradouro;
V- Serem construídas até a linha de divisa das respectivas fachadas de modo a ser evitada qualquer solução descontínuidade entre as marquises/ contíguas, ressalvados casos especiais.
Art.62 - Nos trechos mais importantes do bairro comercial, poderá ser / feita a exigência de marquises, a critério da Prefeitura, nos prédios a serem construidos ou reconstruidos.
Art.63 - Com o pedido de licença para colocação de marquises, além da / declaração do prazo necessário para a execução da obra, deverá ser apresentado projeto detalhado em duas vias, sendo a primeira em tela ou papel transparente de boa qualidade, desenhado a nanquim e ambas com a / assinatura do proprietário, do autor do projeto e do responsável pela execução das obras.
Art.64 - Concluida a construção de uma marquise o responsável requererá a necessária vistoria para os fins de aceitação.
Art.65 - No caso de inobservância do projeto aprovado, ficará o responsavel sujeito às penalidades previstas neste Código de Obras, obrigado a executar as alterações julgadas convenientes e mesmo a demolição, quando necessário, a juizo da Prefeitura.

" VITRINES E MOSTRUÁRIOS "

Art.66 - A instalação de mostruários e vitrines será permitida, a critério da Prefeitura, desde que não acarrete prejuizo para a ventilação e iluminação prescritas neste Código de Obras e que satisfaça às exigências de ordem estética.

" CAPÍTULO VI "

Testada das construções

Art.67 - A testada mínima admitida para as construções é de seis metros (6m,00) ressalvadas as exceções estabelecidas em outros Capítulos do / presente Código de Obras.

Art.68 - As casas geminadas, formando um só bloco arquitetônico, quando permitidas, nos termos do que dispõe o Capítulo IV do presente Código / de Obras, não terão testada de construção inferior a dez metros(10m,00)

" CAPÍTULO VII "

COMPARTIMENTOS

a) Classificação dos compartimentos

Art.69 - Para os efeitos das prescrições do presente Código de Obras, / são os compartimentos classificados em:

I- Compartimentos de permanência prolongada, (diurna ou noturna);

II- Compartimentos de utilização transitória;

III- Compartimentos de utilização especial.

Art.70 - São considerados compartimentos de permanência prolongada: dormitórios, refeitórios, salas de estar, de visita, de costura, armazens, salas e gabinetes de trabalho escritórios e outros de finalidade semelhante.

Art.71 - São considerados compartimentos de utilização transitória: vestíbulo, sala de espera, corredor, caixa de escada, rouparia, copa, despensa, gabinete sanitário, banheiro, depósito e outros de finalidade semelhante e, bem assim, as cozinhas, para os efeitos das prescrições técnicas deste Capítulo.

Art.72 - São considerados compartimentos de utilização especial aqueles que, pelo seu destino, dispensem abertura para o exterior, câmara escura, frigorífico, adéga, armário e outros, de natureza especial.

b) Condições dos compartimentos

Art.73 - Os compartimentos de permanência prolongada (diurna ou noturna) deverão satisfazer às seguintes condições:

I- ter o pé direito mínimo de três metros (3m,00);

II- ter de piso a área mínima de oito metros quadrados $(8m,00)^2$.

III- permitir o traçado no seu piso de um circulo de raio de um metro (1m,00) no mínimo.

§ 1º - Nas casas de habitação particular, em cada pavimento, constituido por mais de três compartimentos, inclusive o de instalação sanitária um deles, pelo menos, deverá ter a área mínima de doze metros quadrados $(12m,00)^2$. Quando em um mesmo pavimento houver mais de uma habitação independente, a exigência se fará para cada habitação;

§ 2º - A cada grupo de dois (2) dormitórios de uma mesma habitação poderá corresponder mais um (1) com área mínima de seis metros quadrados $(6m\ 00)^2$.

Art.74 - Nos vestíbulos, salas de entrada e de espera será tolerado o / pé direito mínimo de dois metros e sessenta centímetros (2m,60).

Parágrafo único - Quando tais compartimentos não tiverem acesso direto do exterior, poderá ser dispensada a abertura de vãos para o exterior / desde que exista comunicação permanente por abertura, sem esquadrias de fechamento, com outro compartimento convenientemente ventilado e iluminado.

Art.75 - Os corredores deverão satisfazer às seguintes condições:

I- Ter o pé direito mínimo de dois metros e quarenta centímetros(2m,40)

II- Ter a largura mínima de oitenta centímetros (0m,80) quando servirem a uma habitação, e de um metro e vinte centímetros (1m,20) quando servirem a mais de uma;

III- No caso de ter o corredor mais de dez metros (10m,00) de extensão, deverá ter abertura para o exterior.

Art.76 - As cozinhas deverão satisfazer às seguintes condições:

I- Ter o pé direito mínimo de dois metros e quarenta centímetros(2m,40)

II- Apresentar forma tal que se possa traçar no seu piso, um círculo de raio de um metro (1m,00), no mínimo;

III- Ter o piso revestido de material liso, resistente e impermeavel;

IV- Ter as paredes revestidas com azulejos até a altura de um metro e / cinquenta centímetros (1m,50), podendo ser tolerado, a critério da Prefeitura, o revestimento com argamassa de cimento;

V- Ter o teto construido de material incombustivel quando houver pavimento superposto.

Art.77 - As copas e as despensas deverão satisfazer às seguintes condições:

I- Ter o pé direito mínimo de dois metros e quarenta centímetros(2m,40)

II- Ter as paredes revestidas até um metro e cinquenta centimetros (1m,50) com azulejos, tolerando-se todavia, o revestimento com arganassa de cimento.

Art.78 - Os compartimentos destinados a WW. CC. ou mictórios deverão satisfazer às seguintes condições:

I- Ter o pé direito mínimo de dois metros e quarenta centímetros(2m,40)

II- Ter o piso revestido de material liso, resistente e impermeavel,podendo ser tolerado, a critério da Prefeitura, o simples cimentado;

III- Ter as paredes até um metro e cinquenta centímetros (1m,50) de altura revestidas com azulejos, podendo ser tolerado a critério da Prefeitura, o revestimento com arganassa de cimento;

IV- Ter as dimensões mínimas de um metro por oitenta centímetros (1m,00 X 0m,80);

V- Não ter comunicação direta com a cozinha e salas de refeição.

Art.79 - Será permitida a instalação de vários WW. CC. ou mictórios em/ um mesmo compartimento, satisfazendo às seguintes condições:

I- Ter dois metros e sessenta centímetros (2m,60) de pé direito, no mínimo;

II- Dispor de abertura para o exterior que tenha área total correspondente, no mínimo, a um sexto (1/6) de área do piso;

III- Não existir parede divisória interna no compartimento cuja altura, exceda de dois metros (2m,00);

IV- Ter na passagem de acesso aos WW. CC. ou mictórios, a largura mínima de oitenta centímetros (0m,80);

V- Ter cada W. C., as dimensões mínimas de um metro por oitenta centímetros (1m,00 X 0m,80);
VI- Existir entre dois mictórios separação representando superfície, lisa e impermeavel.
Art.80 - Os compartimentos destinados a banheiros deverão satisfazer ás seguintes condições:
I- Ter o pé direito mínimo de dois metros e quarenta centímetros(2m,40)
II- Ter o piso revestido de material liso, resistente e impermeavel, podendo ser tolerado, a critério da Prefeitura, o simples cimentado;
III- Ter as paredes revestidas até um metro e cinquenta centímetros(1m,50) de altura com azulejos ou ladrilhos, tolerando-se, todavia, o revestimento com argamassa de cimento;
IV- Ter a área mínima de um metro e vinte decímetros quadrados $(1m,20)^2$ quando neles for instalado chuveiro;
V- Ter a área mínima de dois metros quadrados $(2m,00)^2$ quando nele for instalado banheira.
Art.81 - Em qualquer compartimento independentemente do seu destino, as paredes que formarem diedro de menos de 60º serão concordadas por outra com sessenta centímetros (0m,60) pelo menos, de largura.
Art.82 - Nas construções destinadas a residência exclusiva de uma familia, será permitida a construção de pequenos compartimentos em anexo, / destinados a W.C. e chuveiro, com pé direito mínimo de dois metros (2m,00), desde que não haja comunicação direta desses compartimentos com o interior da habitação e que exista nesse interior instalação de W.C. e banheiro que satisfaçam às exigências deste Código de Obras.
Art.83 - Os compartimentos existentes em pavimentos destinados a fins comerciais e industriais, e naqueles em que se preparem, fabriquem ou depositem alimentos ou gêneros alimentícios, não poderão ter o gabinete sanitário (W.C) em comunicação direta com os recintos frequentados pelo público. A mesma medida é extensiva aos compartimentos destinados à permanência de operários e empregados e à manipulação,depósito fabrico ou preparo dos alimentos e gêneros alimentícios.
Parágrafo úncico - Os compartimentos de permanência noturna, acaso existentes nesses pavimentos, não poderão ter comunicação direta com o compartimento destinado a W. C. nem com os demais compartimentos referidos neste artigo.
Art.84 - Nos compartimentos destinados a cozinha, copa, despensa,banheira, W. C., mictórios e garage particular deverá ser previsto o escoamento das aguas de lavagem.
Art.85 - Os compartimentos destinados a garage particular deverão satisfazer às seguintes condições:
I- Ter as paredes de material incombustivel e, quando de tijolos, construidos de meia vez no mínimo;
II- Ter o pé direito mínimo de dois metros (2m,00), para mais de dois;
III- Ter o sólo revestido de concreto;
IV- Ter o piso revestido de argamassa de cimento, ladrilhos ou de outro material impermeavel e resistente, e as paredes guarnecidas, até um metro e cinquenta centímetros (1m,50) de altura, com revestimento liso,de argamassa de cimento e areia, com ladrilhos ou azulejos;

V- Ter torneira com água corrente e ralos convenientemente dispostos para escoamento das águas de lavagem;
VI- Quando existir pavimento superposto, o piso deverá ser de material incombustivel;
VII- Ter a área mínima de nove metros quadrados (9m^2,00) e a largura mínima de dois metros (2m,00).
§ 1º - No caso de uma garage particular constituir construção isolada de um só pavimento, afastada das divisas do lote e com área não superior a vinte metros quadrados (20m^2,00), poderá ser dispensada a exigência de emprego de material incombustivel no travejamento da cobertura;
§ 2º - As garages particulares poderão ser construidas sobre uma das divisas laterais do lote, mesmo no caso de se tratar de lote para o qual a construção deva observar afastamento em relação às referidas / divisas, podendo constituir construção isolada do edifício principal, ou ficar a ele incorporada.
Art.86 - Os compartimentos situados nas cavas e nos subterrâneos, terão o pé direito mínimo de dois metros (2m,00) e poderão ser utilizados para garage, depósito, adêga, despensa, rouparia, arquivo e similares, devendo ser dotados de instalação conveniente de renovação de ar, no caso de haver, em consequência da utilização, permanência de pessoas em tais compartimentos.
Art.87 - Os compartimentos situados nas sobre-lojas terão o pé direito mínimo de dois metros e cinquenta centímetros (2m,50).
Art.88 - Nos sótãos serão destinados, apenas para utilização transitória e especial, os compartimentos que tiverem pé direito inferior a dois metros e meio (2m,50). Poderão ser utilizados para permanência / prolongada os compartimentos que tiverem correspondendo, pelo menos à metade da área o pé direito mínimo de dois metros e cinquenta(2m,50), não devendo o excedente do mesmo pé direito ter dimensão abaixo de dois metros e vinte centímetros (2m,20).
§ 1º - Os compartimentos em sótão destinados à permanência prolongada terão pelo menos dez metros quadrados (10m^2,00) de área e serão dotados de forro e paredes que os isolem da cobertura;
§ 2º - O pavimento superposto a uma garage particular poderá ser construido como sótão.
Art.89 - Para cada salão destinado a comércio é obrigatoriamente exigido pelo menos um compartimento sanitário.
Art.90 - Em cada pavimento destinado a habitação será exigivel um compartimento sanitário (W.C.) com banheiro.

CAPITULO VIII
ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO
a) Áreas e reentrâncias

Art.91 - As construções existentes dentro de um mesmo lote terão, entre as suas faces, as distâncias necessárias para que fiquem satisfeitas as condições de iluminação e ventilação estabelecidas neste Código de Obras.

V- Trinta e cinco (35) para cantaria de granito ou "gneiss";
VI- Vinte e cinco (25) para concreto simples.

c) Solicitações máximas admissiveis no cálculo de fundações

Art.109 - As solicitações máximas e admissiveis, em quilos por centímetro quadrado, são as seguintes:
I- Cinco décimos (0,5) para aterros ou velhos depósitos de entulho, a juizo da Prefeitura;
II- Um (1) para aterros de areia, quando for verificada a impossibilidade de fugas;
III- Dois (2) para os terrenos comuns tidos por bons, tais como os argilo-arenosos, argilosos úmidos;
IV- Três e meio (3,5) para os terrenos de excepcional qualidade, tais como os argilo-arenosos secos, os de piçarra ou de areia.
V- Vinte (20) para a rocha viva.
§ 1º - Nos casos de cargas excêntricas, as pressões nos bordos não deverão exceder a três quartos (3/4) dos valores constante do presente artigo;
§ 2º - Nas fundações de grande profundidade, como sejam tubulões, estacas e caixões, ou naquela para as quais se fizer estudo especial do terreno e, bem assim, do conjunto e distribuição das cargas e pressões, as solicitações indicadas neste artigo poderão ser majoradas, a juizo da Prefeitura.

d) Normas para cálculo e execução das obras de concreto armado.

Art.110 - No cálculo e execução das obras de concreto armado, serão obedecidas as normas brasileiras, de acordo com o que dispõe o Decreto-Lei Federal nº 2.627, de 11 de novembro de 1940.

CAPÍTULO X
Alinhamento e soleira

Art.111 - Toda construção só será feita no alinhamento do logradouro público, após o fornecimento pela repartição competente do alinhamento e cota de soleira.
Art.112 - Uma vez concluido o respaldo das fundações deverá o construtor responsavel, ou proprietário, solicitar à Prefeitura a verificação do alinhamento e da cota de soleira.
Art. 113 - Nos terrenos atingidos por projeto que modifique o alinhamento, só será concedida a licença para a construção após termo de / compromisso lavrado na repartição competente, referindo-se ao recúo / ou à invasibilidade, pagando ou cobrando a Prefeitura a correspondente / indenização convenientemente avaliada.
Art.114 - Nos ornamentos das vias públicas, os dois alinhamentos serão concordados por um terceiro, normal a bissetriz e de comprimento / variavel entre três metros e cinquenta centímetros (3m,50) e quatro metros e cinquenta centímetros (4m,50) podendo o remate ter qualquer / forma a juizo da Prefeitura, contanto que

Art.92 - Dentro das dimensões mínimas de uma área não poderá existir saliência e balanço de mais de vinte e cinco centímetros (0m,25).
Art.93 - As áreas para os efeitos do presente Código de Obras, são divididas em duas categorias: áreas principais e áreas secundárias.
Art.94 - Toda área principal deverá satisfazer às seguintes condições:
I- Quando fôr fechada:
1- ser de dois metros (2m,00), no mínimo, o afastamento de qualquer / vão à face da parede oposta, afastamento esse medido sobre a perpendicular traçada, em plano horizontal, ao meio do peitoril ou soleira do vão interessado;
2- permitir a inscrição de um círculo de dois metros (2m,00) de diâmetro, no mínimo;
3- ter uma área mínima de dez metros quadrados ($10m^2$,00);
4- permitir, acima do segundo pavimento, ao nível de cada piso, a inscrição de um círculo cujo diâmetro mínimo D, seja dado pela fórmula:

$$D = 2m + \frac{h}{b}$$

na qual "h" representa a distância do piso considerado ao piso do segundo pavimento e "b" = 6.
II- Quando fôr aberta:
1- ser de um metro e meio (1m,50), no mínimo, o afastamento de qualquer vão à face da parede oposta, afastamento, esse medido da maneira já explicada;
2- permitir a inscrição de um círculo de um metro e meio (1m,50), de diâmetro, no mínimo;
3- permitir acima do segundo pavimento, ao nível de cada piso, a inscrição de um círculo cujo diâmetro mínimo D seja dado pela fórmula:

$$D = 1m,50 + \frac{h}{b}$$

na qual "h" representa a distância do piso considerado ao piso do segundo pavimento e onde "b" = 6.
Art.95 - Toda área secundária deverá satisfazer às seguintes condições
1- ser de um metro e meio (1m,50), no mínimo, o afastamento de qualquer vão à face da parede oposta, afastamento esse medido da forma já indicada;
2- permitir a inscrição de um círculo de um metro e meio (1m,50), de diâmetro;
3- ter a área mínima de seis metros quadrados ($6m^2$,00);
4- permitir, acima do segundo pavimento, ao nível de cada piso, a inscrição de um círculo cujo diâmetro mínimo D seja dado pela fórmula;

$$D = 1m,50 + \frac{h}{10}$$

na qual "h" representa a distância do piso considerado ao piso do segundo pavimento.
Art.96 - As área são consideradas como fechadas do lado do vizinho, para os efeitos de iluminação e ventilação salvo na hipótese de estabelecimento de servidão recíproca de áreas comuns de divisa, caso em / que será levado em conta a obrigação assumida pelo proprietário do lo-

Art.97 - A abertura da reentrância para iluminação de compartimento / de permanência diurna e noturna deverá corresponder, no mínimo, à metade (1/2) do perímetro da reentrância.
Art.98 - A abertura de reentrância para iluminação de compartimento de utilização transitória deverá corresponder, no mínimo, a um terço (1/3) de perimetro da reentrância.

b) Vãos de iluminação e ventilação

Art.99 - Todo compartimento deve ter, em plano vertical abertura para o exterior, satisfazendo às disposições previstos pelo mesmo.
Parágrafo Único - As aberturas a que se refere o pre-artigo deverão / ser dotadas de persianas ou dispositivos que permitam a renovação constante do ar.
Art.100 - O total da área das aberturas para o exterior, em cada compartimento, não poderá ser inferior a:
I- Um sexto (1/6) da área do piso, tratando-se de dormitórios;
II- Um oitavo (1/8) da área do piso, tratando-se de sala de estar, refeitório, escritório, cozinha, copa, banheiro, (W,C.) etc.|
III- Um décimo (1/10) da área do piso, tratando-se de armazem, loja,/ sobreloja e piscina, mesmo no caso de serem feitas a iluminação e a ventilação por meio de "sheds".
" 1º - Quando os vãos abrirem para áreas cobertas, alpendres, pórti-/ cos ou varandas e não houver parede oposta a esses vãos a menos de um metro e meio (1m,50) do limite da cobertura da área, varanda, pórtico ou alpendre o total das áreas das aberturas não poderá ser inferior a:
I- Um quinto (1/5) da área do piso, tratando-se de dormitórios, exceto o que se refere a áreas cobertas;
II- Um sexto (1/6) da área do piso, tratando-se de sala de estar, refeitório, escritório, cozinha, copa, banheiro, (W.C.) etc.:
III- Um oitavo (1/8) da área do piso, tratando-se de armazem, lojam / sobreloja e piscina, mesmo no caso de serem feitas a iluminação e a ventilação por meio de "sheds".
§ 2º - Quando os vãos abrirem para áreas cobertas, alpendres, pórtica, ou varandas e houver parede oposta a esses vãos a menos de um metro e meio (1m,50) do limite de cobertura da varanda, pórtico ou alpendre, o total das áreas das aberturas não poderá ser inferior a:
I- Um quarto (1/4) da área do piso, tratando-se de dormitórios, exceto o que se refere a área cobertas;
II- Um quinto (1/5) da área do piso tratando-se de sala de estar, refeitório, escritório, cozinha, copa, banheiro, (W.C.), etc.:
III- Um sexto (1/6) da área do piso, tratando-se de armazem, loja, sobreloja e piscina, mesmo no caso de serem feitas a iluminação e a ventilação por meio de "sheds".
§ 3º - As aberturas de compartimentos de permanência noturna (dormitórios) que derem para as áreas cobertas são consideradas de valor nulo para os efeitos de iluminação e ventilação;
§ 4º - Em caso algum a abertura destinada a ventilar qualquer compartimento poderá ser inferior a sessenta decímetros quadrados ($0m^2,60$).

Art.101 - Nenhum vão será considerado como iluminando e ventilando/ pontos de compartimentos que dele distem mais de duas vezes o valor do pé direito quando o mesmo vão abrir para área fechada e duas vezes e meio esse valor, nos demais casos.
Art.102 - Quando a iluminação do compartimento se verificar por uma só de suas faces, não deverá existir nessa face pano cego de parede que tenha largura maior que duas vezes e meia (2,5) a largura da abertura ou soma de aberturas.
Art.103 - Em cada compartimento uma das vergas das aberturas, pelo menos, distará do teto, no máximo de um sexto (1/6) do pé direito desse compartimento salvo no caso de compartimentos situados em sótão, quando todas as vergas distarão do teto, no máximo, vinte centímetros (0m, 20). Em casos especiais, a juizo da Prefeitura, poderá ser aumentada/ a distância, desde que sejam adotados dispositivos que estabeleçam / corrente que permita a renovação do colchão de ar contido no espaço / entre as vergas e o teto.
Parágrafo Único - Quando houver bandeiras, serão ás mesmas basculantes, não podendo, entretanto, ser dotados de bandeira os vãos de compartimentos situados em sótão.
Art.104 - As escadas serão iluminadas em cada pavimento por meio de janelas ou de vitrais, rasgados o mais alto possivel, podendo ser parcialmente fixos.

CAPÍTULO IX

Normas a serem seguidas no cálculo das construções

a) Regulamento de cargas para edifícios

Art.105 - As sobrecargas uteis a adotar no cálculo dos edifícios serão as seguintes:
I- Telhados e forros não constituido depósitos - cem (100) quilos por metro quadrado;
II- Pisos de edifícios residenciais - duzentos (200) quilos por metro quadrado;
III- Pisos de prédios para estabelecimentos comerciais, com menos de cinquenta metros quadrados de piso, e escritórios em geral - duzentos (200) quilos por metro quadrado;
IV- Salas de aulas e conferências; auditórios com assentos fixos--trezentos e cinquenta (350) quilos por metro quadrado;
V- Escadas, patamares e corredores em prédios residenciais - trezentos e cinquenta (350) quilos por metro quadrado;
VI- Prédios para estabelecimentos comerciais com mais de cinquenta (50) metros quadrados de piso - quinhentos quilos (500) por metro quadrado;
VII- Teatros, cinemas, salas de reuniões, bailes, ginástica ou esporte - quinhentos (500) quilos por metro quadrado;
VIII- Matadouros e açougues - quinhentos (500) quilos por metro quadrados.
IX- Livrarias, bibliotecas e arquivos - desde que a sobrecarga calculada para o caso não imponha sobrecarga superior - quinhentos quilos/

X- Escadas e patamares, salvo os previstos no item V-quinhentos (500) quilos por metro;
XI- Corredores conduzindo às dependências mencionadas nos itens IV, VI VII, VIII e XII - quinhentos (500) quilos por metro quadrado;
XII- Pequenas oficinas e fábricas com menos de duzentos (200) metros quadrados de piso e que não contenham máquinas de peso superior - quinhentos (500) quilos por metro quadrado;
XIII- Arquibancadas e estádios - quinhentos (500) quilos por metro / quadrado;
XIV- Garages e depósitos de automóveis - oitocentos (800) quilos por metro quadrado.
Art.106 - Tratando-se de oficinas, fábricas, estabelecimentos comerciais, etc., sujeitos a sobrecargas fortes, os cálculos serão feitos de acordo com as condições de cada caso.

b) Cargas de segurança dos materiais

Art.107 - A carga de segurança de qualquer material ou sistemas de materiais será igual a uma fração

$$\frac{1}{n}$$

da fadiga limite de rutura, determinada experimentalmente para cada gênero de solicitação.
§ 1º - Os valores do coefeciente de segurança, na hipótese de ações / estáticas, serão os constantes dos itens abaixo:
I- Quatro (4) para as peças de ferro ou aço laminado, submetidas à / tração, compressão, flexão e cisalhamento;
II- Dez (10) para as peças de ferro fundido sujeitas à tração e a esforços transversais;
III- Seis (6) a oito (8) para as peças de ferro fundido solicitadas à compressão em chapas ou colunas de pequena altura;
IV- Oito (8) a(10) dez para peças de ferro fundido, em colunas de grande altura;
V- Quatro (4) para as peças curtas de madeira, em colunas de grande altura;
VI- Seis (6) para as peças de madeira submetidas à tração ou a esforços transversais e para as peças longas trabalhando a compressão;
VII- Dez 910) para as pedras naturais ou artificiais, e para alvenaria ou concreto simples.
§ 2º - Na hipótese de ações dinâmicas ou nos casos não previstos no parágrafo precedente, os valores do coeficiente de segurança serão fixados pela repartição competente.
Art.108 - As cargas de segurança, em quilos por centímetros quadrados nas alvenarias trabalhando a compresão serão as seguintes:
I- Quatro (4) para alvenaria comum de tijolo, cheio ou perfurado;
II- Dez (10) para alvenaria de tijolo prensado, com argamassa de cimento;
III- Cinco (5) para alvenaria comum de pedra, com argamassa de cal;
IV- Dez (10) para alvenaria de pedra com argamassa de cimento;

§ 1º - Em edificações de mais de um pavimento, o canto cortado só é exigido na altura mínima de quatro metros (4m,00), sobre o passeio;
§ 2º - Nos cruzamentos esconsos, as disposições referidas anteriormente poderão sofrer alterações, a critério da Prefeitura;
§ 3º - A concordância dos alinhamentos, sempre que conste do projeto de arruamento aprovado, será executada segundo o mesmo projeto.

CAPÍTULO XI
Condições gerais relativas às construções
Andaimes.

Art.115 - Os andaimes deverão satisfazer ao seguinte:
I- Apresentarem perfeitas condições de segurança;
II- Obedecerem ao limite máximo de dois metros (2m,00) de largura, sem contudo excederem à largura do passeio;
III- Não prejudicarem às árvores, os aparelhos de iluminação pública, os postes e quaisquer outros dispositivos existentes.

Tapumes

Art.116 - Nenhuma obra ou demolição poderá ser executada no alinhamento das vias públicas, sem que seja feito em toda a frente um tapume provosório.
Parágrafo Único - Quando os tapumes forem construidos em esquinas de logradouros, as placas de nomenclaturas e outras de interesse público serão neles fixadas na forma bem visivel.

Materias de construção

Art.117 - Tdo o material deverá satisfazer às normas de qualidade relativas à sua aplicação na construção.
Art.118 - A Prefeitura reserva-se o direito de impedir o emprego de qualquer material que julgar impróprio, e, em consequência, o de exigir que sejam feitas experiências à custa do construtor ou proprietário.
Art.119 - Os materiais e os elementos construtivos estruturais, decorativos ou de qualquer espécie, deverão resistir satisfatoriamente às ações dos esforços mecânicos que os solicitem permanente ou eventualmente.
Art.120 - Não será permitida a construção de fundações, sem preparo conveniente, em terreno:
I- Úmido e pantanoso;
II- Que haja servido para depósito de lixo;
III- Revestido de humus e matérias orgânicas.
§ 1º - Nos terrenos úmidos serão adotados meios para evitar que umidade suba até o primeiro piso;
§ 2º - Quando a Prefeitura julgar necessário, o terreno deverá ser

Art.127 - Serão incombustiveis os pisos dos pavimentos, passadiços, galerias, etc., dos edifícios ocupados por estabelecimentos comerciais e industriais, casas de diversões, clubes, habitações coletivas, depósitos e semelhantes.
Art.128 - Os pisos serão convenientemente revestidos com material apropriado, segundo o caso e as prescrições deste Código de Obras.

PAREDES

Art.129 - As paredes de prédios terão a espessura de acordo com o material empregado e as cargas a suportar, podende ser exigido pela Prefeitura ou repartições competentes, sempre que fôr julgado conveniente, o cálculo de suas estrutura.
Art.130 - As paredes externas dos edifícios de um só pavimento deverão ser de uma vez de tijolo, podendo ser de meia vez nas dependências e puchados onde existam apenas copas, cozinha, banheiros e outros compartimentos secundários.
Parágrafo Único - Será permitida a construção de prédios com paredes externas de meia vez de tijolo frontal no caso de habitações proletárias de tipo econômico.
Art1131 - Todas as paredes externas dos prédios de dois pavimentos serão de uma vez de tijolo.
Art.132 - Todas as paredes dos edifícios serão revestidas externamente e internamente de emboço e rebocô feitos com argamassa de composição e traço apropriados.
Parágrafo Único - O revestimento só será dispensado quando a alvenaria necessária fôr convenientemente rejuntada e receber cuidadoso acabamento.
Art.133 - A largura mínima das escadas de habitação particular será de oitenta centímetros (0m,80).
Art.134 - As escadas dos edifícios de mais de dois pavimentos serão incombustiveis, sendo tolerado o emprego de balaustradas e corrimões de material combustivel.
Art.135 - O elevador em um edifício não dispensará a existencia de escada.
Art.136 - A escada de edificios de mais de três pavimentos será a largura mínima de um metro e vinte centímetros (1m,20).

COBERTURA

Art.137 - Na cobertura dos edificios deverão ser empregados materiais impermeaveis de reduzida condutibilidade calorífica, incombustiveis e capazes de resistir à ação dos agentes atmostéricos.
Art.138 - A cobertura dos edificios a serem construidos ou reconstruidos deverá ser convenientemente impermeabilizada quando constituida por lage de concreto, e em todos os outros casos em que material empregado não seja pela própria natureza, considerado impermeavel.

Agua potável

Art.139 - Toda a construção em via pública, em que haja canalização / de agua deve a ela ser ligada, para o abastecimento dos seus moradores
Art.140 - Os serviços de assentamentos de aparelhos e a escolha do tipo dos mesmos ficarão subordinados aos regulamentos em vigor.
Art.141 - A canalização domiciliária de agua deverá ser de chumbo ou ferro galvanizado e instalada em local onde a agua não possa ser poluida, devendo ficar sempre afastada da canalização de esgotos pelo menos um metro (1m,00).

Esgotos

Art.142 - Toda edificação em via pública, pela qual passe canalização geral de esgotos, deve a ela ser ligada de acordo com os regulamentos em vigor.
Art.143 - Nas zonas em que não exista redes de esgotos e naquelas em que, existindo esse serviço, faltarem ao mesmo as necessárias condições técnicas sanitárias, a Prefeitura poderá exigir a construção de fossas de tipo aprovado.

Gás e eletricidade

Art.144 - As instalações elétricas e as canalizações para gás serão executadas de acordo com os regulamentos em vigor.

Escoamento de agua pluviais

Art.145 - Em qualquer edificação, todo o terreno circundante será convenientemente preparado para permitir o escoamento das aguas pluviais
Art.146 - As aguas pluviais dos telhados, terraços, balcões, etc., serão conduzidas sob os passeios até as sargetas.
Art.147 - Não é permitida a ligação direta dos condutores à rede de esgotos da cidade.

Tanque de lavagem

Art.148 - Os tanques de lavagem deverão ser colocados abaixo de abrigo que proteja contra o sol as pessoas que dele se utilizarem e providos de agua corrente e de ralo convenientemente ligado à rede de esgotos.
§ 1º - Não havendo canalização de esgotos, os tanques deverão escoar/ para sumidouro, não sendo permitida sua descarga nas fossas biológicas
§ 2º - Os tanques deverão ser perfeitamente impermeabilizados.

Chaminés

Art.149 - As chaminés de qualquer espécie, de fogões de casas particu

que o fumo e a fuligem ou outros resíduos que possam expelir não incomodem à vizinhança, ou então serão dotadas de aparelhamento eficiente para o mesmo efeito.

Fechamentos dos terrenos construidos

Art.150 - Os terrenos construidos serão fechados no alinhamento do logradouro por meio de gradil.
Parágrafo Único - O fechamento por meio de muro, dos terrenos construidos, será permitido a juizo da Prefeitura.

Passeios do logradouros

Art.151 - A construção e a reconstrução dos passeios dos logradouros/ em toda a extensão das testadas dos terrenos edificados são obrigatórias, devendo ser feita de acordo com as especificações, a largura e o tipo indicados para cada caso pela Prefeitura e com o emprego dos materiais prescritos.
Art.152 - Os passeios deverão, em geral apresentar uma declividade de dois por cento (2%) do alinhamento para o meio fio.
Art.153 - Nos logradouros não dotados de meios fios, será exigida apenas a construção de passeios provisórios, com a largura reduzida / até sessenta centímetros (0m,60).
Parágrafo Único - Os passeios provisórios serão substituidos a expensas do proprietário por passeios definitivos desde que sejam colocados meios fios no logradouro.

CAPÍTULO XII
Construções para fins especiais
a) - Habitações coletivas em geral

Art.154 - Os edifícios, quando construidos ou adaptados para servirem de habitações coletivas, deverão satisfazer, além das demais disposições aplicaveis, contidas neste Código de Obras às seguintes condições
I- terão a estrutura, as paredes, os pisos, os forros, e as escadas / inteiramente construidos de material incombustivel, tolerando-se a madeira ou outro material combustivel nas esquadrias, em corrimões e / como revestimento assente diretamente sobre concreto ou alvenaria;
II- terão instalações sanitárias na relação de uma para cada grupo de quinze (15) moradores ou fração, separadas para cada sexo e indivíduo sendo a parte destinada aos homens subdividida em latrinas e mictórios
III- terão instalações para banho, independentes das instalações sanitárias e na relação de um banheiro para cada grupo de quinze (15) moradores ou fração;
IV- terão escadas incombustiveis de acesso a todos os pavimentos, de largura igual a um metro (1m,00), pelo menos, devendo ser guardada / proporção conveniente entre o piso e o espelho dos degráus, e não podendo esse espelho ter altura superior a dezoito centímetros (0m,18)

V- terão as paredes das caixas escadas revestidas de material liso e impermeavel em uma faixa de um metro e cinquenta centímetros (1m,50), de altura, medida acima dos pisos dos degráus;
VI- terão nos corredores, a largura de um metro e vinte (1m,20), pelo menos, devendo haver para esses corredores iluminação direta sempre / que tiverem eles mais de dez metros (10m,00) de comprimento;
VII- poderão ter instalações sanitárias e de banho com comunicação direta para compartimento dormitório desde que se destinem ao uso exclusivo dos moradores desse compartimento.
Parágrafo único - As instalações sanitárias não poderão ter comunicação direta com cozinhas, copas e salas de refeição.
Art.155 - Nas casas de habitação coletiva (hotéis, casas de apartamento e casas de cômodo), será permitida a existência de garage privativa para o edifício e seus moradores.
§ 1º - Será tambem permitida nessas casas a existência de escritórios
§ 2º - Os compartimentos destinados a comércio poderão existir nas casas de habitação coletiva referidas neste artigo, com ou sem entrada / direta pelo logradouro, não se admitindo, entretanto, a instalação de padaria, açougue, quitanda, carvoaria, peixaria e congêneres.

b) Casas de apartamentos

Art.156 - Além das demais disposições deste Código de Obras que lhes forem aplicaveis, deverão ser observadas, na construção de casas de apartamentos as seguintes condições:
I- terem "hall" de entrada;
II- terem instalação coletora de lixo convenientemente disposta, perfeitamente vedada com blocas de carregamento em todos os pavimentos e dotada de dispositivo para limpeza e lavagem;
III- possuirem instalação contra incêndios.

c) - Hotéis

Art.157 - Na construção de edifícios destinados a hoteis, além das demais disposições deste Código de Obras, que lhes forem aplicaveis, deverão ser satisfeitas as condições que constem dos artigos seguintes.
Art.158 - Além das peças destinadas a habitação deverão os hotéis possuir as seguintes dependências:
I- vestíbulo com local para instalação de portaria;
II- sala de estar.
§ 1º - Quando houver cozinha, terá esta, pelo menos oito metros quadrados (8m,00) de área, os pisos revestidos com material liso, resistente e impermeavel, e as paredes com revestimento de azulejos até a altura de dois metros (2m,00), devendo ser reservado espaço suficiente para instalação de câmara frigorífica ou geladeira de proporções / convenientes;
§ 2º - Havendo copas, serão instaladas em compartimento separado da cozinha e terão as paredes revestidas de azulejos até a altura de dois metros (2m,00);
§ 3º - As despensas, quando houver, terão as paredes revestidas de azu

V- terão as paredes das caixas escadas revestidas de material liso e impermeavel em uma faixa de um metro e cinquenta centímetros (1m,50), de altura, medida acima dos pisos dos degráus;
VI- terão nos corredores, a largura de um metro e vinte (1m,20), pelo menos, devendo haver para esses corredores iluminação direta sempre / que tiverem eles mais de dez metros (10m,00) de comprimento;
VII- poderão ter instalações sanitárias e de banho com comunicação direta para compartimento dormitório desde que se destinem ao uso exclusivo dos moradores desse compartimento.
Parágrafo Único - As instalações sanitárias não poderão ter comunicação direta com cozinhas, copas e salas de refeição.
Art.155 - Nas casas de habitação coletiva (hotéis, casas de apartamento e casas de cômodo), será permitida a existência de garage privativa para o edifício e seus moradores.
§ 1º - Será tambem permitida nessas casas a existência de escritórios
§ 2º - Os compartimentos destinados a comércio poderão existir nas casas de habitação coletiva referidas neste artigo, com ou sem entrada / direta pelo logradouro, não se admitindo, entretanto, a instalação de padaria, açougue, quitanda, carvoaria, peixaria e congêneres.

b) Casas de apartamentos

Art.156 - Além das demais disposições deste Código de Obras que lhes forem aplicaveis, deverão ser observadas, na construção de casas de apartamentos as seguintes condições:
I- terem "hall" de entrada;
II- terem instalação coletora de lixo convenientemente disposta, perfeitamente vedada com blocas de carregamento em todos os pavimentos e dotada de dispositivo para limpeza e lavagem;
III- possuirem instalação contra incêndios.

c) - Hotéis

Art.157 - Na construção de edifícios destinados a hotéis, além das demais disposições deste Código de Obras, que lhes forem aplicaveis, deverão ser satisfeitas as condições que constam dos artigos seguintes.
Art.158 - Além das peças destinadas a habitação deverão os hotéis possuir as seguintes dependências:
I- vestíbulo com local para instalação de portaria;
II- sala de estar.
§ 1º - Quando houver cozinha, terá esta, pelo menos oito metros quadrados (8m²,00) de área, os pisos revestidos com material liso, resistente e impermeavel, e as paredes com revestimento de azulejos até a altura de dois metros (2m,00), devendo ser reservado espaço suficiente para instalação de câmara frigorífica ou geladeira de proporções / convenientes;
§ 2º - Havendo copas, serão instaladas em compartimento separado da cozinha e terão as paredes revestidas de azulejos até a altura de dois metros (2m,00);
§ 3º - As despensas, quando houver, terão as paredes revestidas de azu

§ 4º - As instalações para uso do pessoal de serviço serão independentes das destinadas aos hóspedes.
Art.159 - Os corredores e galerias de circulação terão a largura de dois metros (2m,00), pelo menos, excetuados os corredores secundários que deverão ter a largura mínima de um metro e vinte centímetros (1m, 20).
Art.160 - Os quartos que não dispuzerem de instalação privativa de banho, deverão ser dotados de lavatório de agua corrente.
Art.161 - Os hoteis serão dotados de instalação contra incêndios.
Art.162 - Em cada pavimento deverá haver instalação sanitária na relação de um W.C., uma banheira e um chuveiro, com agua quente e fria, e um lavatório, no mínimo, para cada grupo de seis (6) quartos que não/ tenham instalação privativa.

d) - Escolas

Art.163 - As construções de edifícios para escolas deverão satisfazer além das demais disposições aplicaveis, as seguintes condições:
I- terão apenas um pavimento sempre que possivel;
II- as dimensões das salas de classes serão proporcionais ao número / de alunos; esses não excederão de quarenta (40) em cada sala e cada / um disporá, pelo menos, de um metro quadrado ($1m^2$,00) de superfície;
III- o pé direito mínimo será de três metros e cinquenta centímetros, (3m,50);
IV- a forma preferida para as salas de classe será a retangular, guardando os lados do retângulo entre si a relação de dois (2) para três (3).
V- as janelas das salas de classe serão abertas na altura de um metro, (1m,00) no mínimo, sobre o assoalho e se aproximarão do teto tanto / quanto possivel;
VI- a iluminação das salas de classe será unilateral esquerda, tanto quanto possivel;
VII - as escadas das escolas serão de lances retos e seus degráus não terão mais de dezessete centímetros (0m,17) de altura, nem menos de vinte e cinco centímetros (0m,25) de largura;
VIII- haverá uma latrina para cada grupo de quinze (15) alunos e um/ lavatório para cada grupo de trinta (30) alunos;
IX- deverá haver espaço destinado a recreio, sendo em parte coberto;

e) - Casas de diversão pública em geral

Art.164- Na construção de casas de diversão pública em geral destinadas a espetáculos, projeções, reuniões, etc., além das prescrições / deste Código de Obras, para as construções em geral, serão obedecidas as disposições dos artigos seguintes.
Art.165 - Será exigido o emprego de material incombustivel, tolerando-se o emprego de madeira ou outro material combustivel apenas na confecção de esquadrias, lambris, divisões de camarotes e frizas até um metro e meio (1m,50) de altura, corrimões e o revestimento do piso, / desde que este revestimento seja aplicado sem deixar vasios.
Parágrafo Único - Todos os pisos serão construidos em concreto armado

Art.166 - As portas de saida das salas de espetáculo ou projeções terão a largura total, somados todos os vãos, correspondendo a um metro (1m,00) para cada cem (100) pessoas, não podendo cada porta ter menos de dois metros (2m,00) de vão livre, nem haver entre duas portas um pano de parede de mais de dois metros (2m,00).

Art.167 - As portas de saida das salas de espetáculo ou de projeções, quando não forem diretamente abertas para a via pública, darão para passagens ou corredores, cuja largura mínima deverá corresponder a um metro (1m,00) para duzentas pessoas, não podendo essa largura ser inferior a três metros (3m,00).

Art.168 - Nas passagens e nos corredores de que trata o artigo precedente, não será permitido intercalar balcões, mostruários, bilheterias, moveis ou quaisquer obstáculos que possam reduzir a largura util do percurso entre a sala de espetáculo ou de projeção e a via pública a proporções menores que as determinadas pelo mesmo artigo ou que possam constituir embaraço no livre escoamento do público.

Art.169 - Quando as localidades destinadas ao público estiverem subdivididas em ordens superpostas, formando platéias, balcões, camarotes, galerias, etc., as escadas para acesso do público deverão ter largura util correspondente a um metros (1m,00) para cada cem (100) pessoas, / consideradas as lotações completas e obedecerão ainda às seguintes / condições:

I- Serão construidas de lances retos intercalados de patamares, tendo cada lance dezesseis degráus, no máximo, medindo cada patamar um metro e vinte centímetros (1m,20) pelo menos, de extensão;

II- Não terão largura menor de um metro e meio (1m,50);

III- Cada degráu terá, no máximo, dezoito centímetros (0m,18) de altura e trinta centímetros (0m,30) de piso, no mínimo.

Parágrafo Único - A largura das escadas aumentará a medida que forem atingindo o nivel das ordens mais baixas de localidades, na proporção do número de pessoas, e observada sempre a relação estabelecida por este artigo.

Art.170 - Para o acesso à ordem mais elevada de localidades, geralmente denominadas galerias, deverão existir escadas independentes das / que se destinarem às ordens inferiores.

Art.171 - A largura dos corredores de circulação e acesso às várias / ordens de localidades elevadas, destinadas ao público, será determinada proporcionalmente ao número de pessoas que por esses corredores tiverem de transitar, na razão de um metros (1m,00) para cada grupo de cem (100) pessoas.

Parágrafo Único - A largura desses corredores nunca será inferior:

I- a dois metros e cinquenta centímetros (2m,50), para o corredor das frizas e dos camarotes de primeira ordem e dois metros (2m,00)para os demais, quando a lotação do teatro for superior a quinhentos (500)pessoas;

II- a dois metros (2m,00) e um metro e cinquenta centímetros (1m,50)/ respectivamente, quando a lotação for inferior a quinhentas (500) pessoas.

Art.172 - A disposição das escadas e corredores será feita de modo a impedir correntes de trânsito contrárias, devendo a respectiva largura ser aumentada na proporção indicada no artigo anterior sempre que houver confluência invitavel.

Art.173 - Nas passagens, nos corredores e nas escadas os vãos não poderão ser guarnecidos com folhas de fechamento, grades, correntes ou qualquer dispositivo que possa impedir num momento de pânico, o facil escoamento do público em qualquer sentido.

§ 1º - Esta disposição é extensiva aos vãos de portas destinados ao escoamento do público no sendido do logradouro;

§ 2º - Quando indispensavel, esses vãos poderão ser guarnecidos de / reposteiros;

§ 3º - Para fechamento das portas que derem sobre o logradouro, deverá ser adotado dispositovo de correr, de preferência no sentido vertical.

Art.174 - Nas platéias ou salas de espetáculos ou projeção deverá ser observado o seguinte:

I- o piso terá inclinação de três por cento (3%) pelo menos;

II- Todas as portas de saida serão encimadas pela inscrição /saida/legivel à distância e luminosa com luz suave, quando se apagarem as luzes da sala;

III- as cadeiras, quando constituindo séries deverão ser de tipo uniforme, de braços, assento basculante e ter as dimensões mínimas de / quarenta centímetros (0m,40) de fundo, medidos no assento e quarenta e cinco (0m,45) de largura, medidos entre os braços de eixo a eixo;

IV- cada série não poderá conter mais de quinze (15) cadeiras, devendo ser intercalado entre às séries, um espaço de um metro (1m,00),pelo menos, de largura, para passagem;

V- as séries que terminarem contra as paredes da sala não poderão conter mais de oito (8) cadeiras;

VI- o espaço reservado para passagem entre duas filas consecutivas de cadeiras não será inferior a quarenta centímetros (0m,40) medido horizontalmente entre o plano vertical, passando pelo ponto mais avançado das cadeiras da série de tráz e o plano vertical, passando pelo ponto mais recuado das cadeiras da fila de frente;

VII- nas filas de cadeiras serão dispostas travessas que sirvam de apoio para os pés dos ocupantes das cadeiras da fila postérior.

Art.175 - Nas casas de diversões públicas em geral deverá haver gabinete para toilette de senhoras e instalações sanitárias convenientemente dispostas para facil acesso ao público, devidamente separadas / para cada sexo e indivíduo, sendo a parte destinada aos homens subdividida em latrinas e mictórios.

Art.176 - As casas de diversões públicas em geral serão dotadas de / instalação e aparelhamento preventivos de incêndios.

Art.177 - Não poderá haver porta, ou outro qualquer vão de comunicação interna entre as diversas dependências de uma casa de diversões / públicas e as casas visinhas.

f) - Teatros

Art.178 - Para os teatros, além das prescrições estabelecidas por este Código de Obras, para as construções em geral e para as casas de / diversão, serão obedecidas as determinações dos seguintes artigos.
Art.179 - Os edifícios destinados a teatros deverão ser separados dos edifício ou terrenos vizinhos por uma passagem de dois metros e cin-/ quenta centímetros (2m,50), no mínimo, sempre que não forem contornados por logradouros públicos.
Art.180 - As partes, respectivamente, destinadas ao público e aos artistas serão inteiramente separadas, não devendo haver entre as duas,/ mais do que as comunicações de serviço indispensaveis, dotadas de portas de ferro que as isolem em caso de incêndio.
Art.181 - A parte destinada aos artistas deverá ter comunicação direta com as vias públicas, de maneira a assegurar saida e entrada francas, independentemente da parte destinada ao público a ser dotada de instalações sanitárias, banheiros e lavabos.
Art.182 - Os camarins deverão ter a superficie mínima de cinco metros quadrados (5m^2,00), e quando não forem arejados e iluminados diretamente, serão dotados de dispositivos para renovação de ar.
Art.183 - Os depósitos de decorações, cenários, moveis etc., e os / guarda-roupas no caso de não estarem situados em local independente, deverão ser construidos de material incombustivel e devidamente isolados do resto do teatro.
Parágrafo Único - Em caso algum esses depósitos poderão ser colocados por baixo do palco.
Art.184 - O piso do palco poderá ser construido de madeira nas partes que tenham de ser móveis, mas será de concreto armado nas partes fixas.

g) - Cinemas

Art.185 - Para os cinemas, além das demais disposições deste Código de Obras, serão obedecidas as seguintes:
I- as "cabines" de projeção, que deverão ter internamente as dimensões mínimas de dois metros por dois metros (2m,00 X 2m,00), serão inteiramente construidas de material incombustivel e não poderão ter outras aberturas senão uma porta de projeção, dois (2) visores, um para uso do operador;
II- a escada de acesso às cabines de projeção será de material incombustivel, dotada de corrimão e colocada fora da passagem do público;
III- o interior das "cabines" de projeção será dotado de ventilação / suficiente, por meio de tomadas especiais de corrente de ar;
IV- a distância horizontal medida entre o ponto mais avançado da primeira fila de cadeiras e a superficie destinada às projeções, não será inferior a quatro metros (4m,00).
Art.186- Durante as horas de funcionamento dos cinemas, os vãos de / portas, que dem para a via pública, deven ser vedados simplesmente / por meio de reposteiros de pano, quando não seja possivel conservá-los

Parágrafo Único - Havendo instalação de ar condicionado o fechamento dos vãos será feito por meio de folhas de vai-vem.

h) - Fábricas e grandes oficinas.

Art.187 - Nas fábricas em geral e nas oficinas destinadas ao trabalho de mais de trinta 930) operários, além das demais disposições deste Código de Obras que lhes forem aplicáveis será observado o seguinte:
I- terão em todas as dependências destinadas ao trabalho dos operários o pé direito mínimo de três metros e cinquenta centímetros(3m,50);
II- terão instalações sanitárias separadas para cada sexo e individuais na proporção de uma parte destinada aos homens separada em latrinas e mictórios;
III- terão lavatórios com água corrente separados para cada sexo, na proporção de um para cada quinze (15) pessoas;
IV- terão anexo ao compartimento de lavatórios de cada sexo um compartimento para mudança e guarda de roupa dos operários;
V- terão os fornos, máquinas, caldeiras, estufas, fogões e quaisquer/ outros dispositivos onde se produza ou concentre calor, convenientemente/ dotado de isolamento térmico e afastados u metro (1m,00) das paredes dos edifícios;
VI- terão depósito para combustivel em local convenientemente preparado;
VII- terão instalação e aparelhamento contra incêndios, obedecendo de um modo geral às prescrições da técnica e às determinações que forem estabelecidas para cada caso especial.

i) - Açougue

Art.188- Com relação aos açougues, além das demais disposições deste Código de Obras que lhes forem aplicáveis, será observado o seguinte:
I- serão instalados em compartimentos de área igual ou superior a dezesseis metros quadrados ($16m^2$,00);
II- as portas serão de grades de ferro;
III- as paredes serão revestidas de azulejos brancos ou de cores claras, até a altura de dois metros e cinquenta centímetros (2m,50)e,dai para cima, pintadas a óleo em cores claras;
IV- os pisos deverão ser revestidos de ladrilhos de cores claras e oferecer a inclinação necessária para o escoamento das aguas de lavagem
V- haverá torneiras com agua corrente e ralos dispostos de modo a permitir o escoamento das aguas de lavagem do estabelecimento;
VI- haverá câmara frigorífica com a capacidade proporcional à importância da instalação.

j) - Padarias e confeitarias

Art.189 - Na construção de edifícios destinados a estabelecimentos de

Art.190 - As garagens deverão satisfazer às seguintes condições:
I- serão construidas de material incombustivel, só se tolerando o emprego de material combustivel em cáibros, ripas de cobertura e esquadrias;
II- terão, em toda a superfície coberta, o piso revestido por uma camada de concreto de dez centímetros (0,10) de espessura, ou por calçada de paralelepípedos com as juntas tomadas com argamassa de cimento;
III- as paredes deverão ser revestidas até dois metros (2m,00) de altura, de argamassa de cimento, de ladrilhos ou azulejos;
IV- a parte destinada à permanência dos veículos será inteiramente separada das dependências da administração, depósitos, almoxarifado, etc. por meio de paredes construidas de material incombustivel;
V- terão na parte destinada a depósito de veículos, o pé direito mínimo de três metros e cinquenta centímetros (3m,50), devendo satisfazer/ nas demais dependências de administração, de depósitos, oficinas, etc. não só quanto ao pé direito como quanto ao resto, as exigências deste Código de Obras que lhes forem aplicáveis;
VI- terão instalações sanitárias subdivididas em latrinas e mictórios separados para cada indivíduo e, bem assim chuveiro para banho, tudo/ em número suficiente e em relação com a importância da instalação;
VII- terão instalação conveniente contra incêndios;
VIII- disporão de ralos em quantidade e situação convenientes para o escoamento das aguas de lavagem, as quais não poderão em caso algum / ser descarregadas diretamente para o logradouro;
IX- deverão dispor de depósitos especiais para essência, convenientemente isolados;
X- no interior das garagens não poderá haver compartimentos de habitação, só sendo tolerados desde que constituam construção à parte ou sejam indispensáveis à habitação do porteiro ou vigia.

1) - Postos de abastecimento para automóveis

Art.191 - Na construção dos postos de abastecimento de automoveis serão observadas, alem das demais disposições aplicaveis deste Código / de Obras, as determinações dos artigos seguintes.
Art.192 - Juntamente com o requerimento de licença será apresentado o projeto completo do qual constarão todas as dependências e instalações
Art.193 - Os postos de serviço e de abastecimento para automoveis deverão ter suas instalações distribuidas de modo a permitirem franco e facil acesso e saida aos carros que neles se forem abastecer.
Art.194 - No caso de terreno situado em esquina as bombas serão colocadas de modo a não ser necessária mais de uma entrada, ou mais de / uma saida para veículos, e cujas larguras não deverão exceder a cinco metros (5m,00).
Art.195 - Se o pátio de serviço for coberto, as colunas de suporte da cobertura não poderão ficar a menos de quatro metros (4m,00) de distância do alinhamento do logradouro.

Art.196 - Quando o recinto de serviço não for fechado, o alinhamento dos logradouros deverá ser avivado por uma mureta com a altura mínima de trinta centímetros (0m,30), com exceção das partes reservadas ao acesso e à saida dos carros, que deverão ficar inteiramente livres.
Art.197 - Em caso algum a localização das bombas será tal que impeça aos automoveis ficarem a menos de um metro)1m,00) das muretas, dentro do páteo de serviço;
Art.198 - Se o terreno não for de esquina, serão observados os dispositivos supra que forem aplicaveis e o páteo interno deverá ter dimensões que comportem o número de veículos compativel com a quantidade de bombas instaladas.
Art.199 - As instalações para a limpeza de carros lubrificação, etc, não poderão ficar a menos de quatro metros (4m,00) de afastamento / dos prédios vizinhos, salvo de as mesma forem instaladas em recinto fechado, coberto e ventilado; as águas servidas, antes de serem lançadas no esgoto, passarão em caixas munidas de crivos e filtro a retenção de detritos e graxas.
Art.200 - É obrigatória a instalação contra incêndios.

m) - Piscinas de natação

Art.201 - A construção de piscinas não poderá ser feita sem licença da Prefeitura, devendo, para que tenha lugar, ser observadas, além das demais disposições deste Código de Obras, que lhes sejam aplicaveis, as exigências de ordem técnica que constam dos diversos parágrafo deste artigo de acordo com o que dispõe a respeito o Regulamento de Saúde Pública do Estado.
§ 1º - Juntamente com o requerimento de licença para construção, deverão ser apresentados projeto completo da piscina, das dependências anexas obrigatórias ou não e bem assim todos os detalhes a serem postos em prática para o completo cumprimento de todas as disposições / deste Código de Obras;
§ 2º - As piscinas serão projetadas e construidas com a observância de condições que assegurem:
I- facilidade de limpeza;
II- distribuição e circulação satisfatória da água;
III- impedimento de refluxo das águas da piscina para a rede de abastecimento e, quando houver calhas, destas para o interior da piscina
§ 3º - Serão feitas ainda as seguintes exigências na construção das piscinas:
I- haverá compartimentos anexos, próximo à entrada das piscinas, com instalações de chuveiros, latrinas, mictórios e lavatórios na razão de um chuveiro para quarenta (40) banhista, uma latrina para quarenta (40) mulheres, uma latrina e um mictório para sessenta (60)banhistas, calculado o número total destas instalações pelo movimento nas / horas de maior frequência;

II- O contorno das piscinas deverá ser isolado de maneira que os espectadores fiquem impossibilitados de chegar ao recinto reservado aos banhistas.

c) - Hospitais

Art.207 - Nos hospitais, além das disposições gerais deste Código de Obras, que lhes forem aplicáveis, serão obsevadas mais as seguintes:
I- as enfermarias terão vãos abertos para o exterior, voltados para qualquer direção compreendida entre NE e SE; ou ainda poderão ter / vãos abertos para direçoes entre NE e N.NO ou S.SO. As aberturas voltadas para as direções entre NE e N.NO serão protegidas por varandas cobertas que impeçam os raios solares de alcançar as soleiras das / portas, ou peitoris das janelas, a qualquer hora e em qualquer dia / do ano. O pé direito mínimo das enfermarias serão de três metros,(3m 00); será de dois metros e quarenta centímetros (2m,40) para suas dependências, quando a área não fôr superior a dezenove metros quadrados ($19m^2$,00), e capacidade máxima de trinta (30) doentes, cabendo a cada um, área não inferior a seis metros quadrados ($6m^2$,00);
II- em todas as direções compreendidas entre N.NO e S.SO, se não houver impedimento de incidência, por mais de uma hora, dos raios solares (por edifício ou morro), deverão existir vãos com um metro quadrado ($1m^2$,00) de área no mínimo sendo que a área total de todos estes vãos não deve exceder de um quinze avos (1/15) da área da parede na qual existirem. Estes vãos serão sem vidro, mas providos de venezianas ou dispositivos que impeçam a incidência;
III- as janelas terão as vergas a quarenta centímetros (0m,40),nonáximo, do forro, serão dotadas de bandeiras moveis, e, quando tiverem peitoris, estes terão a altura máxima de noventa centímetros (0m,90)
IV- serão arredondados os ângulos das paredes entre si e destas com os pisos;
V- terão, separadamente, para cada sexo, enfermarias, banheiro e latrinas, sendo a relação de uma latrina e um banheiro para noventa metros quadrados ($90m^2$,00) de dormitório e uma banheira ou chuveiro,para cada cento e oito metros quadrados ($108m^2$,00) de dormitórios;
VI- o mobiliário das enfermarias será de natureza que facilete a limpeza e a desinfecção quando necessária;
VII- haverá em número determinado pela autoridade sanitária aparelho de tipo aprovado para a limpeza e desenfecção, quando necessária, de vasos e utensílios dos doentes depósitos ou quedas, tambem de tipo aprovado, para lavagem ou remoção de roupas servidas;
VIII- haverá em número determinado pela autoridade sanitária, lavatórios providos de toalhas individual, sabão líquido e dispositivos especiais para o suprimento de água, de tipo aprovado, que impeçam o contato das mãos com as torneiras;
IX- as salas de operação serão voltadas para o setor que traga o menor insolamento interno, levado em conta a latitude local e serão / providas, sempre que possivel, de recurso para ventilação artificial

X- nos hospitais de mais de dois andares será obrigatória a instalação de elevadores;
XI- haverá aparelhagem de esterelização, e, sempre que possivel, a critério da autoridade sanitária, lavanderia a vapor, e forno para / cremação de lixo e resíduos.

CAPÍTULO XIII

Habitações proletárias de tipo econômico

Art.203 - Será permitida em logradouros e quadras secundárias, determinadas em lei municipal, a construção de pequenas casas proletárias constituidas de um único pavimento de área não superior a sessenta / metros quadrados (60m^2,00) e de acordo com as especificações seguintes:
I- as construções poderão ser feitas em lotes que tenham no mínimo / nove metros (9m,00), de testada e cento e oitenta metros quadrados., (180m^2,00) de área, devendo ser as mesmas recuadas, pelo menos, de quatro metros (4m,00) do alinhamento do logradouro, guardando a distância mínima de um metro e cinquenta centímetros (1m,50) das divi-/ sas laterais;
II- as paredes externas poderão ser de frontal (meia vez de tijolo), levantadas sobre alicerces de pedra ou concreto, assentes as três ultimas fiadas de tijolo com argamassa de cimento e areia de traço 1:4
III- na sala e nos quartos será admitido o pé direito mínimo de dois metros e oitenta centímetros (2m,80); na cozinha e no banheiro, o pé direito mínimo de dois metros e quarenta centímetros (2m,40);
IV- a cobertura será de telhas de barro sobre estrutura de madeira,/ com as dimensões estabelecidas no projeto respectivo;
V- o piso deverá ficar, pelo menos, a trinta centímetros (0m,30) acima da calçada circundante;
VI- o piso da sala e dos quartos será revestido de tacos de madeira/ assentes com argamassa de cimento e areia sobre superfície tijolada; no banheiro e na cozinha será admitido o simples cimentado sobre superfície tijolada;
VII- o aterro interno será bem apiloado;
VIII- as paredes deverão ser rebocadas e caiadas, devendo as da cozinha e do banheiro ser revestidas até a altura de um metro e vinte / centímetros (1m,20) com argamassa lisa de cimento e areia caso não prefiram os interessados o emprego de ladrilhos;
IX- será facultativa a colocação de forro;
X- a ventilação e a iluminação dos compartimentos serão feitas por meio de vãos, abrindo diretamente para o exterior, com dimensões que satisfaçam às determinações deste Código de Obras, relativamente ao assunto;
XI- nos logradouros servidos pelas rêdes de agua e esgotos, serão as casas obrigatoriamente a elas ligadas, devendo existir em cada uma /

1 - reservatório com capacidade mínima de seiscentos (600) litros de agua;
2 - latrina com tampa e caixa de descarga;
3 - chuveiro;
4 - tanque pa lavagem de roupa.
VII- quando o logradouro não fôr servido pela rêde de esgotos será obrigatória a instalação de fossa biológica de tipo aprovado;
XIII- quando no local da construção não houver serviço de agua e esgotos, as instalações referidas no item XI, serão exigidas logo que os logradouros recebam tais melhoramentos.
Art.204 - A Prefeitura terá a disposição dos interessados vários tipos de projetos para as construções de que trata este Capítulo e que serão fornecidos mediante o pagamento da taxa única de dez cruzeiros (Cr$ 10,00), independentemente de qualquer outra contribuição.
Parágrafo Único - Exceto a taxa de que trata o presente artigo nenhum outro imposto ou taxa recairá sobre as construções proletárias
Art.205 - Os projetos-tipos referidos no artigo anterior, serão organizados em três classes, de acordo com o seguinte:
CLASSE A - um quarto, cozinha e gabinete sanitário;
CLASSE B - um quarto, uma sala, cozinha e gabinete sanitários;
CLASSE C - dois quartos, uma sala, cozinha e gabinete sanitário.
Art.206 - Todo aquele que desejar construir de acordo com o presente Capítulo, deverá requerer a necessária licença, declarar o tipo de casa escolhido e o local da construção.
Parágrafo Único - A Prefeitura fará entrega, à parte, do projeto, aprovado pelo Prefeito, e com os selos devidamente inutilizados, o que corresponderá ao alvará de licença.
Art.207 - As licenças para essas construções terão a vigência de:
1 ano para tipo A;
2 anos para tipo B;
3 anos para tipo C;
Art.208 - Aquele que requerer licença para construção de tipo B ou C terá direito, desde que solicite, ao "habite-se", provisório, logo / que conclua a parte nº 1, do projeto, que corresponde à classe A.
§ 1º - O habite-se definitivo será concedido depois de concluidas as obras;
§ 2º - As obras não concluidas dentro do prazo de licença, darão lugar à aplicação de penalidade, podendo, entretanto, a parte interessada, requerer um prazo suplementar, a ser fixado a critério do Prefeito, dentro do qual deverá ultimá-las sob pena de interdição da casa.
Art.209 - Na vigência do habite-se provisório a casa ficará isenta / de impostos, que passarão a ser cobrados com redução de cinquenta / por cento (50%), depois de ser concedido o habite-se definitivo.
Parágrafo Único - Os favores contidos neste artigo deixarão de ser / concedidos, nos casos de sublocação do todo ou em parte e locação / [illegible]

Art.210 - É permitida a qualquer empresa a construção de casas proletárias dos tipos B e C, onde tais edificações forem permitidas, e desde que se destinem, exclusivamente a ser vendidas a vista ou a prestações, sendo no entanto proibida a venda de mais de uma casa a cada pessoa.
§ 1º - A licença para essas construções vigorará durante um ano, devendo nesse prazo a obra estar concluida com o cumprimento de todas as exigências deste Capítulo para tais construções;
§ 2º - A parte fará requerimento à Prefeitura, com o compromisso de diligenciar no sentido de serem vendidos os prédios, e pagará pelo / projeto oficial uma importância, por prédio, a ser fixada pela Prefeitura, no regime tributário.
§ 3º - As casas construidas nas condições referidas neste artigo, ficarão, enquanto não vendidas, isentas de impostos e taxas, pelo prazo máximo de um ano e depois de vendidas, a vista ou a prazo, gozarão da redução cinquenta por cento (50%), nos impostos;
§ 4º - As casas não vendidas, vencido o prazo de um ano, poderão, excepcionalmente, ser alugadas mediante preço aprovado pela Prefeitura Nessa hipótese, surgindo oportunidade de venda, o morador disporá de três (3) meses para a vacância do prédio;
Art.211 - Nas construções de tipo econômico, as casas geminadas poderão ser admitidas, a juizo da autoridade competente, sendo, então, permitido a redução da testada do lote para sete metros e cinquenta/ centímetros (7m,50).

CAPÍTULO XIV

Vilas

Art.212 - A construção grupos de habitações, denominadas "vilas", só será permitida como aproveitamento de fundo de terreno, em logradouros ou quadras secundárias, determinadas em lei municipal, no caso/ de não ser possivel a abertura de logradouro público, de acordo com/ o estabelecido neste Código de Obras.
Art.213 - Será tolerada a permanência da "vilas" já existentes.
Art.214 - A construção des casas só será permitida depois de aprovado o plano de conjunto da vila, inclusive sua entrada, e observadas/ rigorosamente as questões pertinentes à estética.
Parágrafo Único - A construção das casas poderá ser feita parceladamente, sendo facultada a variedade de estilos, devendo obedecer no/ entanto, rigorosamente, ao plano aprovado.
Art.215 - Os lotes a serem desmembrados para as casas de frente deverão satisfazer a todas as exigências estabelecidas por este Código / de Obras para o loteamento, podendo, contudo, ser destacado do lote a faixa de terreno necessária à entrada da vila.
Parágrafo Único - As casas da frente da vila poderão ser construidas previamente ou em conjunto.

Art.218 - A rua da vila terá a largura mínima de seis metros(6m,00), quando as casas tiverem um só pavimento e oito metros (8m,00) quando tiverem dois pavimentos tendo, em ambos os casos, de caixa entre os meios fios pelo menos, três metros (3m,00) e passeios laterais dos / dois lados.

Parágrafo Único - Tanto a entrada ou entradas da vila, como a rua deverão ser revestidas com material resistente.

Art.219 - Os prédios da vila, não terão mais de dois pavimentos nem balanços excedentes a cinquenta centímetros (0m,50).

Art.220 - As vilas poderão ter suas casas isoladas ou geminadas, em ambos os casos mantido o afastamento de três metros (3m,00) entre as casas, bem como cada pavimento poderá constituir economia independente.

Art.221 - A taxa de aproveitamento do terreno nas vilas, será no máximo de oitenta por cento (80%), devendo haver sempre um espaço livre, de doze metros quadrados (12m^2,00) de área, pelo menos, para pátio ou quintal de cada casa.

CAPÍTULO XV
Obras paralizadas

Art.222 - No caso de se verificar a paralização de uma obra, o proprietário deverá comunicar à Prefeitura a ocorrência, dentro do prazo máximo de oito (8) dias.

Art.223 - O proprietário será obrigado a tomar as providências necessárias para garantir a segurança das obras já executadas.

Art.224 - Uma obra por mais de sessenta (60) dias, os andaimes deverão ser retirados, mesmo que a construção seja afastada do alinhamento.

Art.225 - Verificando-se a paralização de uma obra por mais de cento e vinte (120) dias, deverá ser feito o fechamento do terreno no alinhamento do logradouro, por meio de muro dotado de portão de entrada.

CAPÍTULO XVI
Demolições

Art.226 - A demolição de qualquer construção no alinhamento do logradouro público, executados apenas os muros de fechamento, só poderá ser executada mediante licença da Prefeitura.

§ 1º - Tratando-se de edifício com mais de dois (2) pavimentos ou / de qualquer construção que tenha mais de oito (8) metros, de altura no alinhamento de logradouro público ou dele afastado, a demolição/ dependerá de licença e só poderá ser efetuada sob a responsabilidade de profissional habilitado para construir, nos termos do presente Código de Obras;

§ 2º - No requerimento de licença para demolição compreendida no parágrafo precedente, será declarado o nome do profissional responsá-

§ 3º - Durante a execução da demolição, o profissional responsavel / será obrigado a manter no local, em situação visivel, uma placa ou / tabuleta, com o seu nome, seu endereço, seu título e o número da carteira profissional do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura;
§ 4º - A demolição de construções afastadas do alinhamento, com menos de três (3) pavimentos ou menos de oito metros (8m,00) de altura independerá de licença da Prefeitura.

PARTE III
DAS CONSTRUÇÕES DA ZONA RURAL
CAPÍTULO I

Construções ao longo das estradas

a) Construções ao longo das estradas federais e estaduais

Art.227 - São consideradas, para os efeitos do presente Código de Obras, construções ao longo das estradas federais e estaduais, e, assim subordinadas às disposições deste Capítulo, aquelas cuja frente/ distar do eixo das mesmas estradas até duzentos metros (200m,00) podendo esta distância ser reduzida, a critério da Prefeitura até cinquenta metros (50m,00), de acordo com a topografia local.
Art.228 - As construções ao longo das estradas federais e estaduais, na zona rural, dependerão unicamente de autorização da Prefeitura, mediante requerimento do proprietário, e deverão satisfazer às seguintes condições:
I- Ter a testada mínima de construção de quatro metros (4m,00);
II- Ter a área mínima de construção de vinte metros quadrados(20m^2,0)
III- Ter o pé direito mínimo de dois metros e oitenta centímetros.
IV- Ter a cobertura de telhas de barro;
V- Ter o solo revestido por uma camada impermeabilizadora;
VI- Ter as paredes convenientemente revestidas, quando de alvenaria ou taipa;
VII- A localização do prédio e a disposição das fachadas em relação à estrada ficam sujeitas à aprovação da Prefeitura.
Art.229 - No caso de querer o proprietário utilizar-se de um dos projetos oficiais de habitações de tipo econômico, este lhe será fornecido mediante pagamento de uma importância fixada no regime tributário.
Art.230 - Será proibida a construção de galpões e telheiros ao longo das estradas federais e estaduais, dentro dos mesmos limites de / distância estabelecidos pelo artigo 227, ressalvados os casos excepcionais permitidos pela Prefeitura.

b) - Construções ao longo das estradas municipais

Art.231 - São consideradas construções ao longo das estradas municipais aquelas cuja frente distar do eixo das mesmas até cem metros /

Art.232 - As construções ao longo das estradas municipais deverão ser requeridas à Prefeitura e satisfazer às condições por esta determinadas.

CAPÍTULO II

Construções nos povoados

Art.233 - As construções nos povoados e suas adjacencias dependerão de autorização da Prefeitura, mediante requerimento do proprietário, e deverão satisfazer ás seguintes condições mínimas, além de outras que a Prefeitura poderá impor, conforme o desenvolvimento do povoado
I- Obedecer ao alinhamento dado pela Prefeitura;
II- Ter a testada mínima de construção de quatro metros;
III- Ter a área mínima de construção de vinte metros quadrados;
IV- Ter o pé direito mínimo de dois metros e oitenta centímetros;
V- Ter a cobertura de telhas de barro;
VI- Ter revestimento de solo por uma camada impermeabilizadora;
VII- Ter as paredes convenientemente revestidas, quando de alvenaria ou taipa.
Art.234 - No caso de querer o proprietário utilizar-se de um dos projetos oficiais de habitações de tipo econômico, este lhe será fornecido mediante o pagamento de uma importância fixada no regime tributário.

CAPÍTULO VII

Construções nos novos loteamentos

Art.235 - As construções nos novos loteamentos, na zona rural, deverão obedecer, além de outras condições que poderão ser estabelecidas pela Prefeitura, de acordo com o desenvolvimento da região, às seguintes disposições:
I- Ser recuadas de quatro metros (4m,00), pelo menos, da frente do / lote;
II- Ter os afastamentos mínimos de um metros e cinquenta centímetros (1m,50) em relação a uma das divisas laterais, e de dois metros e / cinquenta centímetros (2m,50) em relação à outra;
III- Ter o solo convenientemente revestido por camada impermeabilizadora;
IV- Ter o pé direito mínimo de dois metros e vinte centímetros(2m,20)
V- Ter as paredes convenientemente revestidas, quando de alvenaria / ou taipa;
VI- Ter cobertura de telhas de barro;
VII- Ter de testada de construção, pelo menos, quatro metros(4m,00);
VIII- A área de construção não poderá ser inferior a vente metros / quadrados (20m^2,00);
IX- Ter instalação sanitária de acordo com o regulamento da Saúde Pú

Art.236 - Quando se tratar de construções em novo loteamento nas adjacências da zona suburbana, a Prefeitura poderá fazer outras exigências que julgar convenientes, tendo em vista a possibilidade de vir a ser prolongada a zona suburbana de forma a incluir o loteamento referido.
Art.237 - Quando o proprietário desejar, poderá ser-lhe fornecido pela Prefeitura projeto-tipo de construção econômica, mediante pagamento de um importância a ser fixada, no regime tributário.

CAPÍTULO IV

Construções de estradas vicinais - Construções de estradas municipais por particulares

Construções de pontes

Art.238 - As construções de estradas vicinais ficam sujeitas à licença e fiscalização por parte da Prefeitura, que estabelecerá, conforme o caso, os requisitos técnicos mínimos a serem satisfeitos.
Art.239 - As construções de estradas municipais por particulares ficam sujeitas à licença e fiscalização da Prefeitura, que poderá, conforme a importância da estrada, exigir a prévia apresentação de projeto e impôr as condições técnicas a serem obedecidas.
Parágrafo Único - Quando fôr prevista a hipótese de ser futuramente/ a estrada incorporada ao plano rodoviário estadual, deverá o traçado em planta da mesma obedecer às condições técnicas para o seu aproveitamento como estrada estadual, exceto quanto à largura.
Art.240 - As construções de pontes, tanto nas novas estradas vicinais ou municipais abertas por particulares, como nas já existentes, ficam sujeitas a licença e fiscalização da Prefeitura, nos termos das seguintes disposições:
I- Tratando-se de pontes de menos de cinco metros (5m,00) de vão, é dispensavel o projeto; nesse caso, será estabelecido pela Prefeitura o vão conveniente afim de evitar estrangulamento de secção e a altura dos encontros, bem como serão recomendados o material, a composição e o traço da argamassa a serem empregados;
II- Tratando-se de pontes de mais de cinco metros (5m,00) e menos de dez metros (10m,00), poderá conforme o caso, e atendendo especialmente à natureza e intensidade do tráfego local, ser exigido projeto; / quando este fôr dispensado, serão estabelecidos pela Prefeitura, o / vão da ponte, a altura dos encontros e a natureza dos materiais e a composição e traço de argamassa a serem empregados;
III- Tratando-se de pontes de mais de dez metros (10m,00) de vão serão sempre exigidos projetos e especificações, podendo, ainda, a critério da Prefeitura, serem pedidos os cálculos estruturais;
IV- Sempre que os encontros tiverem mais de três metros (3m,00)de altura será exigido o projeto dos mesmos. A pedido do interessado, poderá ser fornecido pela Prefeitura, projeto tipo de encontro.

PARTE IV

DA DIVISÃO DOS TERRENOS

CAPÍTULO I

Arruamentos

Art.241 - É terminantemente proibida a execução de arruamento ou abertura de logradouro, sem prévia licença da Prefeitura.
Art.242 - O pedido de licença para abertura de logradouro será feito por meio de requerimento acompanhado dos seguintes elementos:
I- Titulo de propriedade dos terrenos a serem arruados sem cláusula/ que possa impedir a gravação por servidão pública;
II- Prova de quitação com os impostos municipais;
III- Uma planta em duas vias, a primeira das quais em tela ou papel/ transparente e de boa qualidade, desenhada a nanquim, indicando: a orientação magnética, o relevo do solo por meio de curvas de nível espaçadas, no máximo, de dois metros (2m,00), as construções, os mananciais, os cursos d'água, os arruamentos a serem feitos, as valas acaso existentes, indicação dos loteamentos marginais dos mesmos e a área total do terreno.
Art.243 - As plantas deverão ser desenhadas na escala de 1:500, quando a maior dimensão fôr igual ou inferior a quatrocentos metros(400m, 00);
Parágrafo Único - Não serão admitidas plantas em folhas de dimensões inferiores a trinta centímetros por cinquenta centímetros(0m,30 X 0m, 50), nem superiores a um metro por um metro (1m,00 X 1m,00).
Art.244 - Será desenhado o perfil longitudinal do eixo de todos os arruamentos projetados, nas escalas: horizontal de 1:500, vertical 1:50 (dividido em folhas não excedentes de um metro na maior dimensão) os perfis das praças serão desenhados em dois sentidos normais, nas mesmas escalas; as secções transversais dos demais arruamentos nas / escalas de 1:50.
Art.245 - É obrigatório o calçamento nos logradouros projetados, a / zona urbana, desde que surjam de logradouros públicos dotados de calçamento. Nos demais logradouros projetados, na zona urbana, será obrigatória a colocação de meios-fios, sargestas, nivelamento, abaulamento e ensaibramento, obedecendo ao "grade" aprovado.
Parágrafo Único - Somente após a execução e conclusão das obras acima citadas será concedida a licença para a venda de lotes.
Art.246 - O calçamento dos logradouros projetados, referidos no artigo precedente, só será permitido depois de ter sito dotado o logra-/ douro de canalização de água e esgotos, pelo proprietário, excetuando-se o caso em que a zona ainda não esteja abastecida.
Art.247 - Na organização dos projetos de arruamento nas zonas urbanas e suburbanas serão observadas o seguinte:
I- A largura mínima das ruas de maior circulação será de quinze metros (15m,00) a dezoito metros (18m,00), conforme o desenvolvimento/

II- A largura mínima das ruas residenciais será de dez (10) a (12)metros, conforme o desenvolvimento das sédes, sendo seis metros(6m,00) pelo ménos, destinados à caixa de calçamento e a parte restante dividida entre os passeios laterais; estes não terão menos de dois metrō (2m,00) cada um;

III- No caso de terreno acidentado, poderá ser permitido, excepcio-/ nalmente, a critério da Prefeitura, a abertura de logradouro exclsivamente, residencial com largura menor de dez metros (10m,00),sendo, então, tolerada a largura mínima de oito metros (8m,00), com a caixa de cinco metros e cinquenta centímetro s (5m,50) e dois passeios de um metros e vinte e cinco centímetros (1m,25);

IV- Nas ruas de maior circulação, a rampa máxima será de oito por / cento (8%); não excedendo, porem, sempre que for possivel, seis por cento (6%); será admitido excepcionalmente, para pequenos trechos, / nunca superiores a cem metros (100m,00) de extensão a de 10% (dez por cento);

V- Nos logradouros residenciais a rampa máxima será de 10% (dez por/ cento), sendo admitidas rampas até 15% (quinze por cento) para trechos de desenvolvimento nunca superior a cem metros (100m,00);

VI- Para os logradouros ou trechos de logradouros em que haja a vencer diferenças de nivel correspondentes a rampas de mais de 15%(quinze por cento), a Prefeitura determinará as condições a serem adotadas em cada caso.

Art.248 - Na organização dos projetos de arruamento, na zona rual,serão seguidas as normas estabelecidas pela Prefeitura para a zona, de acordo com as condições locais.

CAPÍTULO II

Loteamentos

Art.249 - No loteamento dos terrenos resultantes de novos arruamen-/ tos e dos terrenos localizados nos logradouros públicos existentes / nas zonas urbanas e suburbanas, os lotes deverão apresentar a testada mínima de doze metros (12m,00) e área mínima de trezentos e sessenta metros quadrados (360m^2,00).

Art.250 - Nos loteamentos na zona rural os lotes deverão apresentar a testada mínima de quinze metros (15m,00) e a área mínima de quinhentos e vinte e cinco metros quadrados (525m^2,00).

Art.251 - Nos núcleos de comércio local que a Prefeitura resolver aprovar nos projetos de loteamento, observadas as determinações deste Código de Obras, relativamente ao caso, serão permitidos lotes com a testada mínima de oito metros (8m,00), e a área mínima de duzentos e quarenta metros quadrados (240m^2,00) destinados exclusivamente a estabelecimentos comerciais.

Art.252 - Quando o lote estiver situado em esquina de logradouros para os quais existir as exigências do afastamento obrigatório de

Art.253 - Serão admitidos para arremate do loteamento, no caso de / não ser possivel a divisão exata do terreno, dois lotes no máximo em cada série de lotes contínuos, apresentando testada mínima de dez metros (10m,00) e área mínima de trezentos metros quadrados(300m^2,00), nos casos em que as testadasmínimas devam ser de doze metros(12m,00) e a área mínima ser de trezentos e sessenta metros quadrados (360m^2, 00).

Art.254 - Para os casos em que os lotes, de acordo com a legislação/ devam ter testada e área mínima maiores que doze metros (12m,00) e / trezentos e sessenta metros quadrados (360m^2,00), respectivamente,serão igualmente admitidos em cada série de lotes, para arremate de loteamentos, dois lotes no máximo, com testada e área mínima, proporcionais aos mínimos de tolerâncias estabelecidos no artigo 253.

Art.255 - A prefeitura poderá proibir o loteamento dos terrenos que julgar impróprios para a construção ou, por qualquer motivo, inconvenientes para a habitação.

Art.256 - Tratando-se de terreno localizado em quadra existente e na qual os lotes não obedeçam aos mínimos estabelecidos pelo artigo 249, o seu parcelamento até três lotes no máximo, poderá ser feito com / dez metros (10m,00) de testada mínima e trezentos metros quadrados / (300m^2,00) de área pelo menos respeitada, entretanto, a exigência do artigo 252.

Art.257 - Para os terrenos que tenham mais de trezentos e sessenta / metros quadrados (360m^2,00) mas cuja testada não comporte parcelamento para dois lotes, será permitido constituir, na parte dos fundos, um lote destinado à construção de vila, com acesso por meio de uma / faixa ou corredor, destacado da parte da frente conforme as desposições do artigo seguinte:

Art.258 - No caso previsto pelo artigo 257, será observado o seguinte:

a) na planta a ser submetida à Prefeitura, para aprovação do desmembramento, o lote dos fundos receberá a inscrição "terreno" destinado a vila ", seguida da indicação do número máximo de casas a serem / construídas na vila;

b) a largura do corredor obedecerá ao que dispõe o artigo 217;

c) o lote constituído na parte da frente, com testada para o logra-/ douro deverá ter, pelo menos, trezentos metros quadrados (300m^2,00), compreendida nesta área o trecho do corredor da vila, adjacente ao mesmo lote;

d) o corredor será sempre pertencendo, no todo ou em parte, ao lote da frente, por cuja divisão lhe passagem para o lote dos fundos."

Art.259 - No loteamento de área, quando os lotes se destinem exclusivamente à construção de casas de habitação proletária do tipo econômico, serão admitidos os mínimos de nove metros (9m,00) de testada e cento e oitenta metros quadrados (180m^2,00) de área.

Art.260 - No loteamento de grande área, tratando-se do caso previsto pelo artigo precedente serão admitidos lotes destinados à construção de casas de comércio local, com oito metros (8m,00) de testada/

Art.261 - Quando um lote apresentar testada em curva côncava ou em / linha quebrada, formando concavidade, e sendo satisfeito o limite mínimo de área, será admitida para a testada, dimensão menor que mínimo estabelecido por este Código de Obras, devendo, porém, o lote, apresentar largura média com dimensão correspondente a esse mínimo.
Art.262 - O loteamento de terreno será submetido à aprovação da Prefeitura, por meio de requerimento acompanhado de planta, em três vias, a primeira das quais em téla ou papel transparente de boa qualidade, desenhada a nanquim.
§ 1º - A escala adotada na planta será de 1:500;
§ 2º - As plantas terão as dimensões mínimas de trinta centímetros / por cinquenta centímetros (0m,30 X 0m,50).
Art.263 - Na hipótese de loteamento de grandes áreas, além do disposto nos artigos constantes deste parte, a Prefeitura poderá exigir as condições urbanísticas que julgar cabíveis em cada caso, tendo em / vista o número de lotes, a situação topográfica e a localização da área considerada.
Art.264 - Os dispositivos constantes deste Capítulo independem das exigências do Decreto-Lei Federal nº58, de 10 de dezembro de 1937, e de sua regulamentação, baixada pelo Decreto Federal nº3.079, de 15 / de setembro de 1938, no caso de venda de lotes a prestação.

CAPÍTULO III

Desmembramento

Art.265 - Em qualquer caso de desmembramento é indispensavel a aprovação prévia da divisão do terreno.
§ 1º - Essa aprovação se fará mistér mesmo no caso do loteamento compreender apenas dois lotes e ainda quando se tratar de desmembramento de pequena área de terreno para ser incorporado a outro lote. / Neste último caso, a aprovação será dada com essa restrição expressa devendo constar da escritura de transmissão;
§ 2º - A aprovação da planta de divisão de terreno para tal desmembramento só poderá ser permitida quando a parte restante compreender uma porção que possa constituir lote independente, observadas as características mínimas de área e testada;
§ 3º - As plantas de desmembramentos poderão ser desenhadas nas escalas de 1:100, 1:200, 1:500 e 1:1000, conforme o caso.

PARTE V

Das irregularidades

CAPÍTULO I
Das intimações

Art.266 - Verificada qualquer irregularidade no tocante a execução / de obras, será expedida a necessária intimação para o cumprimento do

Art.267 - Além da hipose prevista no artigo anterior, as intimações poderão ser posteriores a uma aplicação de penalidade e, bem assim, relacionadas com a realização de vistorias e execução de embargos.
Art.268 - As intimações serão escritas e expedidas, de preferência, por meio de impressos devendo o intimado ou seu preposto passar o recibo de notificação.
Parágrafo Único - Na hipotese do intimado recusar-se a passar o recibo, deverá o ato ser testemunhado por duas pessoas idôneas, que assinarão pelo intimado, sendo o fato lançado na intimação pelo notificante.
Art.269 - As intimações, além de expedidas aos responsaveis ou seus prepostos, deverão ser afixados em edital no edifício da Prefeitura, e, conforme os casos, publicados no orgão oficial ou a imprensa local, para os devidos efeitos legais.
Art.270 - Mediante requerimento do interessado, o prazo fixado nas intimações, poderá ser prorrogado, a critério da autoridade competente.
Art.271 - Ao intimado caberá o direito de recurso ao Prefeito sobre o prazo ou objeto da intimação. Tal recurso deverá ser apresentado dentro de cinco (5) dias, a contar da data do recebimento ou ciência da intimação, e em prazo inferior quando se tratar de notificações de carater urgente.

CAPÍTULO II
Das vistorias

Art. 272 - Além das vistorias que decorrem do andamento normal das obras, obrigatoriamente requeridas pelos construtores, a Prefeitura fará vistorias administrativas no imóveis, em quaisquer obras e instalações desde que se verifique no todo ou em parte ameaça de ruina e à segurança pública.
Art.273 - Salvo os casos considerados de ruina iminente, as vistorias ocorrerão desde que o responsavel pelo imóvel, obra ou instalação não haja cumprido a intimação prévia a respeito expedida pela autoridade competente.
Art.274 - Salvo os casos considerados de ruina iminente, a vistoria deverá ser realizada na presença do responsavel pelo imóvel, obra ou instalação, intimado previamente para tal fim, com dia e hora determinados.
§ 1º - No caso de não ser encontrado o responsavel a intimação será feita por meio de edital, publicado no orgão oficial ou na imprensa local e, tambem, afixadono edifício da Prefeitura e no lugar em que se realizar a vistoria;
§ 2º - O resultado da vistoria constará de um laudo de preferência, devendo ser em impresso, devidamente preenchido, cuja cópia será entregue ao responsavel ou seu representante.
Art.275 - No caso do prédio se encontrar fechado na hora da vistoria

Parágrafo Único - Nos casos considerados de ruina iminente a vistoria será levada a efeito, procedendo-se, então ao arrombamento legal
Art.276 - Em face do laudo de vistoria, o responsavel será intimado ao cumprimento das exigências necessárias dentro do prazo prefixado.
Art.277 - Quando o responsavel não cumprir a intimação a que alude o artigo anterior, particularmente nos casos de ruina iminente, a Prefeitura poderá executar a demolição, correndo a despesa por conta do proprietário, acrescida de dez por cento (10%).
Art.278 - Em caso de ruina iminente ou em que as condições de habitalidade sejam precárias, a Prefeitura fará desocupar os prédios.
Art.279 - As vistorias serão procedidas, pelo menos, por dois peritos, um deles obrigatoriamente engenheiro, designados em comissão / para tal fim, mediante Portaria do Prefeito, sendo um médico, quando/ versarem tambem sobre condições sanitárias.
Art.280 - Nos primeiros cinco dias do prazo estabelecido na intima-/ ção que se segue ao laudo de vistoria, terá o responsavel direito de recurso ao Prefeito.

CAPÍTULO III

Dos embargos

Art.281 - O embargo de obras ou instalações é aplicavel, a juizo da autoridade competente, nos seguintes casos|
I- execução de obras ou funcionamento de instalações sem o necessário alvará de licença;
II- inobservância de qualquer prescrição essencial no alvará de licença;
III- desobediência a projeto aprovado;
IV- inobservância de alinhamento e cota de soleira;
V- quando a construção ou instalação estiver sendo levada a efeito / de maneira a poder resultar perigo para a segurança da construção ou instalação;
VI- ameaça à segurança pública ou ao proprio pessoal empregado no diversos serviços;
VII- ameaça à segurança pública ou à existência e estabilidade das obras em execução;
VIII- inobservância das prescrições constantes do presente Código de Obras no tocante à mudança de construtor responsavel pela obra.
Art.282 - Do embargo terá conhecimento imediato o interessado, mediante notificação, a qual tambem, constará de edital afixado no edifício da Prefeitura e publicado no orgão oficial ou na imprensa local/ para os devidos efeitos legais.
Art.283 - A notificação seguir-se-ão as necessárias intimações para o cumprimento das disposições legais, sob pena da aplicação de mul-/ tas cabiveis no caso.
Art.284 - O embargo será lavrado em auto devidamente preenchido pela autoridade competente.

Art.285 - O levantamento do embargo só será concedido mediante petição devidamente instruida pela parte ou informada pela repartição/ competente, acerca do cumprimento de todas as exigências que se relacionem com a obra ou instalação embargada e, bem assim, satisfeito o pagamento de todos os emolumentos e multas em que haja o responsavel incidido.

CAPÍTULO IV

Das penalidades

Art.286 - Pelas infrações dos dispositivos do presente Código de Obras, serão os responsaveis pelas obras passiveis da aplicação das / penalidades abaixo discriminadas:

I- falsear qualquer elemento ou indicação no projeto;

.....

II- viciar projetos aprovados, introduzindo alterações de qualquer/ espécie;

.....

III- início ou execução de obras sem licença;

.....

IV- inobservância de prescrições sobre andaimes e tapumes;

.....

V- inicio de obra sem os dados oficiais de cóta de soleira e alinhamento;

.....

VI- ausência de documentos exigidos no local da obra

.....

VII- execução de obra em desacordo com o projeto;

.....

VIII- paralização sem comunicação à Prefeitura

.....

IX- ausência de pedido de vistoria para o enchimento de fôrmas de / concreto;

.....

X- ausência de pedidos de vistoria de conclusão;

.....

XI- excesso de pedidos de vistoria de conclusão;

Art.287 - Os infratores das disposições do presente Código de Obras, para as quais não haja combinação especial, ficarão sujeitos a multas conforme a gravidade do caso.
Art.288 - Nos casos de reincidência os infratores ficarão sujeitos a multas em dobro, aplicadas novas multas do mesmo valor, até que seja cumprido o objeto da penalidade.
§ 1º - A segunda reincidência por parte do construtor dará sua competência técnica, além de perder o registo, será objeto de comunicação por parte da Prefeitura ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.
Art.289 - A imposição de penalidade será feita por meio de um auto de infração, devidamente preenchido, devendo o infrator passa recibo da notificação.
Parágrafo Único - Na hipotese do infrator recusar-se passar recibo, / deverá o ato ser testemunhado por duas pessoas idôneas que assinarão pelo infrator.
Art.290 - As notificações de multa, além de expedidas aos responsá-/ veis ou seus prepostos deverão ser afixadas em edital no edifício da Prefeitura e publicados no orgão oficial ou na imprensa local para / os devidos efeitos legais.
Art.291 - Aos infratores caberá o direito de recurso ao Prefeito para os fins de relevação ou cancelamento da penalidade, dentro do prazo de cinco (5) dias, a contar da data do recebimento da notificação.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.292 - O zoneamento estabelecido no presente Código de Obras será revisto desde que condições supervenientes o exijam.
Art.293 - Quando for julgado necessário e no intuito de se atender a possiveis surtos de maior desenvolvimento, o governo municipal baixará atos determinando os dispositivos do Código de Obras, que hajam / de ser observados nas sédes distritais, atualmente assimiladas a povoados para os fins do presente Decreto-Lei.
Art.294 - Como medida supletiva da atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no país, a Prefeitura, ouvido o Departamento das Municipalidades, poderá fazer exigências de preservação, no todo ou em parte, quanto aos imóveis, isoladamente ou em conjunto julgados pelo Estado ou pela Municipalidade, de interesse histórico, tradicional e artístico.
Art.295 - Os casos omissos no presente Código de Obras serão resolvidos pelo Prefeito por analogia.
Registe-se, publiquê-se e cumpra-se.
Art.296 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cachoeiras de Macacu, em 11 de Maio de 1943. - (a) Mozart Janot, Prefeito.